Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024 10

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 11

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 15

Notas Explicativas 25

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 86

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 89

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 90

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.112
Preferenciais	0
Total	97.112
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	3.244.993	2.927.738	2.748.867
1.01	Ativo Circulante	1.042.010	939.442	851.148
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.845	69.656	49.865
1.01.02	Aplicações Financeiras	405.102	174.377	205.146
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	405.102	174.377	205.146
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras no Mercado Aberto e recursosVinculados	405.102	174.377	205.146
1.01.03	Contas a Receber	311.492	355.136	303.186
1.01.03.01	Clientes	309.742	352.742	300.837
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	309.742	352.742	300.837
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.750	2.394	2.349
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	1.750	2.394	2.349
1.01.04	Estoques	6.339	7.050	7.206
1.01.06	Tributos a Recuperar	184.034	186.580	166.400
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	184.034	186.580	166.400
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.198	146.643	119.345
1.01.08.03	Outros	103.198	146.643	119.345
1.01.08.03.01	Ativos financeiros setoriais	4.959	43.131	21.671
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	8.315	32.005	25.517
1.01.08.03.04	Outros créditos	89.924	71.507	72.157
1.02	Ativo Não Circulante	2.202.983	1.988.296	1.897.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	890.280	805.275	870.649
1.02.01.04	Contas a Receber	19.748	73.525	63.195
1.02.01.04.03	Consumidores e concessionárias	19.748	73.525	63.195
1.02.01.07	Tributos Diferidos	39.191	49.499	41.339
1.02.01.07.01	Créditos tributários	39.191	49.499	41.339
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	831.341	682.251	766.115
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	330.224	303.461	358.030
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	114.620	105.404	92.506

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.01.10.05	Ativo financeiro indenizável da concessão	291.687	217.816	165.812
1.02.01.10.06	Ativos financeiros setoriais	5.584	0	80.811
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	62.518	29.603	43.931
1.02.01.10.09	Outros créditos	26.708	25.967	25.025
1.02.02	Investimentos	582	580	617
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	582	580	617
1.02.03	Imobilizado	26.998	25.408	21.323
1.02.04	Intangível	1.285.123	1.157.033	1.005.130
1.02.04.01	Intangíveis	1.285.123	1.157.033	1.005.130
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	90.318	83.924	72.029
1.02.04.01.04	Intangível	1.194.805	1.073.109	933.101

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	3.244.993	2.927.738	2.748.867
2.01	Passivo Circulante	789.268	964.661	679.481
2.01.02	Fornecedores	247.332	264.641	237.776
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	247.332	264.641	237.776
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	202.182	328.198	214.053
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	91.556	219.193	171.123
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	91.556	104.661	21.713
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	114.532	149.410
2.01.04.02	Debêntures	110.626	109.005	42.930
2.01.05	Outras Obrigações	339.754	371.822	227.652
2.01.05.02	Outros	339.754	371.822	227.652
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	214	380	341
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	61.319	71.424	47.191
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	10.770	10.606	8.317
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	20.331	31.796	40.790
2.01.05.02.08	Benefícios pós-emprego	3.098	4.115	3.893
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	10.445	9.273	8.781
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	115.868	81.953	19.292
2.01.05.02.11	Incorporação de redes	204	255	0
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	19.360	42.828	29.741
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33.695	34.220	34.529
2.01.05.02.15	Encargos do consumidor a recolher	13.227	13.227	13.227
2.01.05.02.16	Arrendamentos operacionais	1.371	108	307
2.01.05.02.17	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	6.987	48.573	0
2.01.05.02.18	Outros passivos	42.865	23.064	21.243
2.02	Passivo Não Circulante	1.847.305	1.366.053	1.528.170
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.442.673	966.510	1.009.521
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	733.815	392.423	566.493

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	294.452	332.830	381.490
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	439.363	59.593	185.003
2.02.01.02	Debêntures	708.858	574.087	443.028
2.02.02	Outras Obrigações	388.409	384.492	503.582
2.02.02.02	Outros	388.409	384.492	503.582
2.02.02.02.03	Fornecedores	9.340	7.232	7.307
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	78.778	123.254	91.368
2.02.02.02.06	Benefícios pós-emprego	20.546	31.227	24.655
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	18.514	13.126	5.394
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	5.017	8.797	4.236
2.02.02.02.12	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	0	2.160	4.781
2.02.02.02.13	Arrendamentos operacionais	1.294	527	639
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	220.596	197.322	364.592
2.02.02.02.15	Outros passivos	34.324	847	610
2.02.04	Provisões	16.223	15.051	15.067
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.223	15.051	15.067
2.03	Patrimônio Líquido	608.420	597.024	541.216
2.03.01	Capital Social Realizado	534.717	534.717	534.717
2.03.02	Reservas de Capital	1.838	1.856	1.362
2.03.02.07	Reserva de capital	1.838	1.856	1.362
2.03.04	Reservas de Lucros	78.537	77.500	18.823
2.03.04.01	Reserva Legal	20.054	12.663	5.732
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	58.483	0	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	64.837	13.091
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.672	-17.049	-13.686

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.350.700	2.242.323	2.031.157
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.943.097	-1.775.456	-1.658.764
3.03	Resultado Bruto	407.603	466.867	372.393
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-166.798	-142.865	-119.911
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-140.252	-124.870	-116.465
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.770	0	2.709
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.316	-17.995	-6.155
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	240.805	324.002	252.482
3.06	Resultado Financeiro	-101.688	-114.824	-64.850
3.06.01	Receitas Financeiras	106.387	101.904	123.071
3.06.02	Despesas Financeiras	-208.075	-216.728	-187.921
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	139.117	209.178	187.632
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.697	-70.550	-57.089
3.08.01	Corrente	13.659	-80.718	-73.667
3.08.02	Diferido	-4.962	10.168	16.578
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	147.814	138.628	130.543
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	147.814	138.628	130.543
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1.523,86	1.429,15	1.345,8
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1.523,86	1.429,15	1.345,8

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	147.814	138.628	130.543
4.02	Outros Resultados Abrangentes	10.377	-3.363	4.484
4.03	Resultado Abrangente do Período	158.191	135.265	135.027

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	456.875	384.176	341.754
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	363.021	412.458	344.511
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	147.814	138.628	130.543
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-8.697	70.550	57.089
6.01.01.04	(Receitas) despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas	164.208	77.638	-19.015
6.01.01.05	Amortização e depreciação	83.177	75.530	70.323
6.01.01.07	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	9.185	6.434	5.544
6.01.01.08	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	9.364	6.328	3.795
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	20.250	-22.665	13.371
6.01.01.11	Ativo financeiro indenizável da concessão	-11.943	-8.319	-8.178
6.01.01.12	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-47.947	42.191	106.310
6.01.01.13	Perda na alienação de bens do intangível	17.192	7.662	-2.142
6.01.01.14	Marcação a mercado de dívidas	-19.564	17.987	-13.599
6.01.01.15	Programa de remuneração variável (ILP)	-18	494	470
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	93.854	-28.282	-2.757
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias	87.318	-68.456	44.623
6.01.02.02	Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber	644	-45	0
6.01.02.03	Diminuição de estoques	711	156	196
6.01.02.04	(Aumento) de tributos a recuperar	-24.646	-9.457	7.992
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-1.908	-5.259	-6.215
6.01.02.06	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	0	0	29.082
6.01.02.09	(Aumento) de outros créditos a receber	-45.896	-23.613	22.730
6.01.02.10	(Diminuição) aumento de fornecedores	-4.898	9.869	-52.260
6.01.02.11	Aumento de impostos e contribuições sociais	50.887	128.825	49.863
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-39.866	-58.152	-86.356
6.01.02.13	Aumento de obrigações Estimadas	1.172	492	762
6.01.02.14	Variação dos ativos e passivos setoriais	23.898	-13.367	40.400
6.01.02.15	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-9.118	-6.817	-9.599

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.16	Aumento de outras contas a pagar	55.556	17.542	-43.975
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-481.722	-202.992	-286.272
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-199.022	56.078	-78.580
6.02.02	Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - Infraestrutura em construção	-288.635	-261.924	-209.550
6.02.03	Alienação de bens do imobilizado e intangível	5.935	2.854	1.858
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.964	-161.393	-137.145
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	878.538	240.774	437.467
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-604.014	-202.510	-368.411
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - juros	-148.050	-95.567	-42.879
6.03.05	Pagamentos de parcelamento de impostos	0	-4.727	-19.391
6.03.06	Recebimento (Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	10.338	-18.464	892
6.03.07	Pagamento de incorporação de redes	-529	-83	0
6.03.09	Pagamento de dividendos	-146.943	-79.912	-143.526
6.03.10	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-2.304	-904	-1.297
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.811	19.791	-81.663
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.656	49.865	131.528
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31.845	69.656	49.865

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.856	77.500	0	-17.049	597.024
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.856	77.500	0	-17.049	597.024
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18	-64.837	-81.940	0	-146.795
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-82.192	0	-82.192
5.04.08	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-64.837	0	0	-64.837
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	-18	0	0	0	-18
5.04.10	Dividendos prescritos	0	0	0	252	0	252
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	147.814	10.377	158.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	147.814	0	147.814
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.377	10.377
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-5.375	-5.375
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	15.752	15.752
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	65.874	-65.874	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	7.391	-7.391	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	58.483	-58.483	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.838	78.537	0	-6.672	608.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	494	-13.091	-66.860	0	-79.457
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-66.860	0	-66.860
5.04.10	Programa de remuneração variável (ILP)	0	494	0	0	0	494
5.04.12	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-13.091	0	0	-13.091
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.628	-3.363	135.265
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.628	0	138.628
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-3.363	-3.363
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	-5.096	-5.096
5.05.02.07	Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	1.733	1.733
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	71.768	-71.768	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	6.931	-6.931	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	64.837	-64.837	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.856	77.500	0	-17.049	597.024

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	534.717	1.020	76.802	-44.917	-18.170	549.452
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	534.717	1.020	76.802	-44.917	-18.170	549.452
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	342	-47.773	-95.832	0	-143.263
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-95.832	0	-95.832
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	342	0	0	0	342
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-47.773	0	0	-47.773
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	130.543	4.484	135.027
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	130.543	0	130.543
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4.484	4.484
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	7.194	7.194
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	0	0	0	0	-2.710	-2.710
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-10.206	10.206	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-29.030	29.030	0	0
5.06.04	Dividendos adicionais propostos	0	0	13.091	-13.091	0	0
5.06.05	Reserva legal	0	0	5.733	-5.733	0	0
5.07	Saldos Finais	534.717	1.362	18.823	0	-13.686	541.216

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	3.548.225	3.360.713	3.158.868
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.283.903	3.108.209	2.966.416
7.01.02	Outras Receitas	5.770	0	2.709
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	267.737	258.938	195.287
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.185	-6.434	-5.544
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.043.832	-1.856.496	-1.724.656
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.596.037	-1.439.231	-1.396.275
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-133.156	-128.138	-118.499
7.02.04	Outros	-314.639	-289.127	-209.882
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.504.393	1.504.217	1.434.212
7.04	Retenções	-83.177	-75.531	-70.323
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-83.177	-75.531	-70.323
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.421.216	1.428.686	1.363.889
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	111.575	106.874	129.073
7.06.02	Receitas Financeiras	111.575	106.874	129.073
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.532.791	1.535.560	1.492.962
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.532.791	1.535.560	1.492.962
7.08.01	Pessoal	95.955	85.307	83.890
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.216	49.205	53.747
7.08.01.02	Benefícios	33.046	30.285	24.811
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.693	5.817	5.332
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.076.380	1.089.779	1.086.822
7.08.02.01	Federais	554.313	617.536	590.347
7.08.02.02	Estaduais	521.683	471.890	496.160
7.08.02.03	Municipais	384	353	315
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	212.642	221.846	191.707
7.08.03.01	Juros	211.970	220.316	190.780
7.08.03.02	Aluguéis	672	1.530	927

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	147.814	138.628	130.543
7.08.04.02	Dividendos	81.940	131.697	108.922
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	65.874	6.931	21.621

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

Presidente Prudente, 18 de março de 2025 – A Administração da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sul-Sudeste", "ESS" ou "Companhia") apresenta resultados do quarto trimestre (4T24) e exercício de 2024. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



885 mil	722	1,8 milhão	32.405	1.396	82
clientes cativos	clientes livres	de habitantes	Km²	colaboradores (*)	municípios
				1.101 próprios e 295 terceirizados	

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadores de serviço ligadas à construção.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Indicadores Financeiros – R$ milhões						
Receita operacional líquida	622,6	605,5	+ 2,8	2.350,7	2.242,3	+ 4,8
Receita operacional líquida, sem receita de construção (1)	562,9	531,1	+ 6,0	2.086,9	1.987,0	+ 5,0
Margem bruta	150,0	184,9	- 18,9	633,3	676,6	- 6,4
Margem bruta ajustada (2)	146,2	182,8	- 20,0	621,3	668,3	- 7,0
EBITDA ajustado recorrente (3)	99,9	105,8	- 5,6	360,6	391,2	- 7,8
Resultado financeiro	(22,4)	(44,8)	- 49,9	(101,7)	(114,8)	- 11,4
Lucro líquido ajustado recorrente (4)	29,1	25,2	+ 15,5	109,9	133,1	- 17,4
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	884,6	871,0	+ 1,3	884,6	871,0	+ 1,3
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (5)	827,8	874,7	- 5,4	3.274,1	3.152,7	+ 3,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) (5)	1.264,8	1.261,5	+ 0,3	4.937,6	4.624,1	+ 6,8
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida (%)	16,1	17,5	- 1,4 p.p.	15,3	17,4	- 2,1 p.p.
Indicadores financeiros - R$ milhões						
	31/12/2024		31/12/2023		Var. %	
Ativo total	3.245,0		2.927,7		+ 10,8	
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	436,9		244,0		+ 79,1	
Patrimônio líquido	608,4		597,0		+ 1,9	
Endividamento líquido	1.273,2		1.133,2		+ 12,4	

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura | (2) Margem bruta ajustada expurga o efeito do VNR | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. RECEITA OPERACIONAL

No 4T24, a receita operacional líquida, deduzida da receita de construção, mostrou aumento de 6,0% (R$ 31,8 milhões) totalizando R$ 562,9 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**632,1**	**710,0**	**- 11,0**	**2.563,8**	**2.398,5**	**+ 6,9**
✓ Residencial	348,6	377,0	- 7,5	1.378,0	1.227,4	+ 12,3
✓ Industrial	33,4	46,9	- 28,7	157,6	179,0	- 11,9
✓ Comercial	126,7	148,3	- 14,5	520,1	514,8	+ 1,0
✓ Rural	48,8	54,8	- 10,8	212,7	191,4	+ 11,1
✓ Outras classes	74,6	83,0	- 10,1	295,3	285,9	+ 3,3
(+) Suprimento de energia elétrica	2,7	(1,6)	-	17,6	25,5	- 31,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	15,2	17,1	- 11,1	(9,5)	33,0	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	109,4	111,0	- 1,4	446,2	420,5	+ 6,1
(+) Receita de construção de infraestrutura	59,7	74,4	- 19,9	263,8	255,4	+ 3,3
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	21,1	(43,4)	-	3,9	22,4	- 82,6
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	53,0	42,0	+ 26,3	192,0	139,7	+ 37,4
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	2,1	+ 81,0	11,9	8,3	+ 43,6
(+) Outras receitas	15,3	8,6	+ 76,6	58,0	60,3	- 3,9
(=) Receita operacional bruta	**912,3**	**920,3**	**- 0,9**	**3.547,7**	**3.363,6**	**+ 5,5**
(-) Impostos sobre vendas	195,6	206,4	- 5,2	770,8	709,7	+ 8,6
(-) Encargos setoriais	94,2	108,4	- 13,1	426,3	411,6	+ 3,6
(=) Receita operacional líquida	**622,6**	**605,5**	**+ 2,8**	**2.350,7**	**2.242,3**	**+ 4,8**
(-) Receita de construção de infraestrutura	59,7	74,4	- 19,9	263,8	255,4	+ 3,3
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	**562,9**	**531,1**	**+ 6,0**	**2.086,9**	**1.987,0**	**+ 5,0**

3.1. Margem bruta

No 4T24, a margem bruta alcançou R$ 150,0 milhões, 18,9% menor do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada foi de R$ 194,8 milhões, crescimento de 6,6% em relação ao 4T23.

Margem bruta Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita operacional líquida	**622,6**	**605,5**	**+ 2,8**	**2.350,7**	**2.242,3**	**+ 4,8**
(-) Custo de construção de infraestrutura	59,7	74,4	- 19,9	263,8	255,4	+ 3,3
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção da infraestrutura)	**562,9**	**531,1**	**+ 6,0**	**2.086,9**	**1.987,0**	**+ 5,0**
(-) Custos e despesas não controláveis	**412,9**	**346,2**	**+ 19,3**	**1.453,6**	**1.310,4**	**+ 10,9**
Energia elétrica comprada para revenda	312,3	238,6	+ 30,9	1.030,7	906,6	+ 13,7
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	100,6	107,7	- 6,5	422,8	403,8	+ 4,7
(=) Margem bruta	**150,0**	**184,9**	**- 18,9**	**633,3**	**676,6**	**- 6,4**
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	2,1	+ 81,0	11,9	8,3	+ 43,6
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	48,6	-	-	48,6	-	-
(=) Margem bruta ajustada	**194,8**	**182,8**	**+ 6,6**	**669,9**	**668,3**	**+ 0,2**

No comparativo entre os trimestres, as variações da receita líquida e da margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

(i) Na rubrica de Receita de energia elétrica, a receita de energia no mercado cativo apresentou uma redução de 11,0% no 4T24, reflexo da queda média de consumo de 5,4% além do efeito tarifa de 5,8%, devido ao reajuste tarifário em julho de 2024. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pela retração nas classes industrial (-25,6%), comercial (-11,5%) e rural (-4,4%), além da migração de consumidores desses segmentos para o mercado livre de energia. Adicionalmente, parte do faturamento do mercado cativo referente à GD 2 e GD 3 é recebida pelas distribuidoras via CDE, impactando a linha de subvenções. Essa queda foi parcialmente compensada pelo impacto tarifário decorrente do acionamento das bandeiras

tarifárias, com a bandeira vermelha – patamar 2 em outubro e a bandeira amarela em novembro de 2024, contribuindo positivamente para as tarifas no trimestre.

(ii) Na linha de disponibilidade do sistema elétrico, a redução de 1,4%, foi motivado pelo efeito médio de -5,8% que foi compensado em parte pelo aumento da base por conta das novas migrações de clientes no mercado livre; e

(iii) Na linha de subvenções vinculadas aos serviços concedidos, o aumento de 26,3% (+R$ 11,0 milhões) se refere, principalmente ao crescimento nos subsídios tarifários com destaque para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de geração distribuída no montante de R$ 8,6 milhões e de fontes incentivadas no montante total de R$ 3,0 milhões.

3.2. Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.265 GWh, registrando alta de 0,3% em relação ao ano anterior - maior taxa em 14 anos. A alta só não foi maior porque, no 4T23, o mercado havia registrado a maior alta em 21 anos (11,7%).

Entre as classes, as principais altas partiram da industrial (+4,3%), sobretudo a produção de peças para veículos, papel e borracha e material plástico. Rural também apresentou aumento no consumo (+1,9%), com destaque para agropecuária e produtores de ovos. Por sua vez, a classe residencial recuou 0,7%, em meio à um cenário climático menos extremo que no 4T23, no qual o consumo das residências havia crescido a uma taxa recorde, de 19,7%, em meio a recordes de temperaturas e ondas de calor.

No acumulado de 2024, o mercado avançou 6,8%, registrando a maior taxa em 19 anos. As principais classes avançaram, principalmente a residencial, industrial e comercial.

A composição do mercado no último trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Residencial	458,4	461,7	- 0,7	1.761,8	1.604,2	+ 9,8
Comercial	148,1	167,3	- 11,5	592,2	614,0	- 3,5
Industrial	37,5	50,4	- 25,6	175,4	211,5	- 17,1
Rural	70,6	73,8	- 4,4	302,9	276,4	+ 9,6
Outros	113,2	121,5	- 6,8	441,8	446,6	- 1,1
1 Mercado Cativo	**827,8**	**874,7**	**- 5,4**	**3.274,1**	**3.152,7**	**+ 3,9**
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	76,4	63,5	+ 20,5	269,4	217,3	+ 24,0
Industrial	336,3	308,1	+ 9,2	1.307,3	1.203,9	+ 8,6
Rural	14,2	9,4	+ 51,7	48,0	26,0	+ 84,5
Outros	10,0	5,8	+ 71,1	38,7	24,1	+ 60,5
2 Mercado (TUSD)	**436,9**	**386,7**	**+ 13,0**	**1.663,5**	**1.471,4**	**+ 13,1**
Residencial	458,4	461,7	- 0,7	1.761,8	1.604,2	+ 9,8
Comercial	224,5	230,8	- 2,7	861,7	831,3	+ 3,6
Industrial	373,9	358,5	+ 4,3	1.482,7	1.415,4	+ 4,8
Rural	84,8	83,2	+ 1,9	350,9	302,4	+ 16,0
Outros	123,2	127,3	- 3,2	480,6	470,7	+ 2,1
Mercado Total (1+2)	**1.264,8**	**1.261,5**	**+ 0,3**	**4.937,6**	**4.624,1**	**+ 6,8**
Fornecimento não Faturado	22,4	20,8	+ 8,0	3,3	31,3	- 89,4
Cativo + TUSD + Fornecimento Não Faturado	**1.287,2**	**1.282,2**	**+ 0,4**	**4.941,0**	**4.655,4**	**+ 6,1**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o ano com 884.618 unidades consumidoras cativas, número 1,6% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 722 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado – clique no link.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3. Perdas de energia elétrica ("perdas")

A ESS encerrou o ano com um índice de perda total de 5,98%, apresentando uma redução de 0,20 pp em relação às perdas registradas no 4T24 e aumento de 0,08 pp em comparação ao ano passado. As perdas totais permanecem abaixo do referencial regulatório, com margem favorável de 0,82 pp.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24	dez/23	set/24	dez/24	
6,30	6,19	6,13	0,35	-0,01	-0,15	6,65	6,18	5,98	6,80

3.4. Gestão da inadimplência

3.4.1. Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/24	dez/23	Variação em p.p.
0,31	0,23	+ 0,08

3.4.2. Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/24	dez/23	Variação em p. p.
99,02	98,85	+ 0,17

3.5. Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

A Companhia registrou no trimestre uma redução de 0,15 horas no DEC e uma redução de 0,14 vezes no FEC em relação ao mesmo período de 2024.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/24	dez/23	Var.(%)	dez/24	dez/23	Var.(%)		
5,15	5,30	- 2,8	2,88	3,02	- 4,6	6,73	5,59

A ANEEL, por meio do ofício nº 44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. A ESS já está cumprindo o percentual de 80% previsto pelo regulador.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 529,3 milhões no 4T24, aumento de 17,4% (R$ 78,5 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2023.

Os custos e despesas não controláveis, alcançaram R$ 412,9 milhões no 4T24, aumento de 19,3% na comparação com o ano anterior, devido principalmente do reconhecimento do montante de R$ 46,0 milhões de efeito não recorrente referente ao saldo líquido acumulado de energia não compensada e baixa de ativos referentes a geração distribuída na linha de energia elétrica comprada para revenda.

A partir do 1T24, o Grupo Energisa alterou a prática de provisão da PLR na linha de Pessoal e Benefícios Pós-Emprego, adotando um provisionamento mensal em vez do reconhecimento integral dos 12 meses em dezembro de cada ano. Como resultado dessa mudança, dos R$ 10,5 milhões registrados no 4T23 referentes a PLR, R$ 7,9 milhões são atribuídos ao PLR dos 9 primeiros meses de 2023 e R$ 2,6 milhões referem-se de fato ao 4T23.

Assim, excluindo este efeito não-recorrente e não-caixa, o PMSO seria R$ 64,3 milhões no 4T23, aumento de 21,5% na comparação com o mesmo período de 2024.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	**412,9**	**346,2**	**+ 19,3**	**1.453,6**	**1.310,4**	**+ 10,9**
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	312,3	238,6	+ 30,9	1.030,7	906,6	+ 13,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	100,6	107,7	- 6,5	422,8	403,8	+ 4,7
2 Custos e despesas controláveis	**84,8**	**75,5**	**+ 12,3**	**282,8**	**259,1**	**+ 9,1**
2.1 PMSO	**78,1**	**72,1**	**+ 8,2**	**264,2**	**246,3**	**+ 7,3**
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	34,7	32,3	+ 7,6	116,8	102,8	+ 13,6
2.1.2 Material	6,4	5,6	+ 14,7	22,0	21,4	+ 2,9
2.1.3 Serviços de terceiros	31,9	28,8	+ 10,9	109,3	104,6	+ 4,5
2.1.4 Outras	5,0	5,5	- 8,5	16,2	17,6	- 7,9
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	-	0,5	-	0,0	0,9	- 98,1
✓ Outros	5,0	5,0	+ 1,2	16,2	16,6	- 2,9
2.2 Provisões/Reversões	**6,7**	**3,4**	**+ 97,9**	**18,5**	**12,8**	**+ 45,3**
2.2.1 Contingências	2,8	2,5	+ 13,5	9,4	6,3	+ 48,0
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	3,9	0,9	+ 317,3	9,2	6,4	+ 42,8
3 Demais receitas/despesas	**31,6**	**29,1**	**+ 8,7**	**109,7**	**93,5**	**+ 17,3**
3.1 Amortização e depreciação	21,6	19,8	+ 8,9	83,2	75,5	+ 10,1
3.2 Outras receitas/despesas	10,1	9,3	+ 8,3	26,5	18,0	+ 47,5
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	**529,3**	**450,9**	**+ 17,4**	**1.846,1**	**1.663,0**	**+ 11,0**
Custo de construção de infraestrutura (*)	59,7	74,4	- 19,9	263,8	255,4	+ 3,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	**589,0**	**525,3**	**+ 12,1**	**2.109,9**	**1.918,3**	**+ 10,0**

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ **Despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego**

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R$ 34,7 milhões, aumento de 7,6% (R$ 2,4 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

(i) - R$ 7,9 milhões referentes ao provisionamento da PLR dos primeiros 9 meses de 2023, reconhecidos em dezembro de 2023;

(ii) + R$ 5,1 milhões de despesas a maior na rubrica de salários, encargos;

(iii) + R$ 2,2 milhões de despesas com benefícios, sendo aumento de R$ 1,3 milhões com auxílio refeição e alimentação aos colaboradores e R$ 0,5 milhões com despesas médicas e odontológicas;

(iv) + R$ 1,4 milhão de maior despesa com fundo de pensão.

✓ **Despesas com materiais**

No 4T24, as despesas com materiais atingiram R$ 6,4 milhões, aumento de 14,7% (R$ 0,8 milhão) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelo principal fator:

(i) + R$ 0,4 milhão em gastos com materiais de manutenção de frota;
(ii) + R$ 0,3 milhão em despesas com materiais de manutenção de combustíveis e lubrificantes; e

✓ **Despesas com serviços de terceiros**

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R$ 31,9 milhões, aumento de 10,9% (R$ 3,1 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

(i) + R$ 1,9 milhão com menor capitalização;
(ii) + R$ 0,9 milhão com prestação de serviços de auditoria e consultoria.

✓ **Outras despesas**

No trimestre, as outras despesas totalizaram R$ 5,0 milhões, o que representa uma redução de R$ 0,5 milhão em relação ao trimestre anterior. Esta diminuição está relacionada à não realização de multas e compensações que foram reconhecidas no 3T24, mas não ocorreram no 4T24.

Provisões/Reversões – Contingências

No 4T24 a rubrica de provisões/reversões registrou um impacto de R$ 2,8 milhões, frente uma movimentação de R$ 2,5 milhões no 4T23, que representa uma aumento de R$ 0,3 milhão. O impacto no 4T24 está vinculado às seguintes movimentações: i) provisionamento de novos processos entrantes/revisão de risco R$2,6 milhões; (ii) reversão de R$2,4 milhões, vinculada ao encerramento de processos; (iii) pagamentos no montante de R$2,5 milhões (acordos e condenações);

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

O PPECLD alcançou R$ 3,9 milhões no 4T24, aumento de R$ 3,0 milhões na comparação com o 4T23 Informações adicionais, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras receitas/despesas atingiram R$ 10,1 milhões, aumento de R$ 0,8 milhão (+ 8,3%) comparado ao mesmo período do ano passado.

5. LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

No trimestre, o lucro líquido alcançou R$ 61,6 milhões, refletindo um expressivo crescimento de R$ 40,2 milhões (+188,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo o impacto do VNR e outros itens não recorrentes, o lucro líquido ajustado recorrente foi de R$ 29,1 milhões, registrando um aumento de R$ 3,9 milhões (+15,5%) em comparação com o quarto trimestre de 2023.

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T24	4T23	Var. %	Var. R$	2024	2023	Var. %	Var. R$
(=) Lucro líquido do período	**61,6**	**21,4**	**+ 188,3**	**40,2**	**147,8**	**138,6**	**+ 6,6**	**9,2**
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	2,5	1,4	+ 81,0	1,1	7,9	5,5	+ 43,5	2,4
(=) Lucro líquido ajustado	**59,1**	**20,0**	**+ 195,7**	**39,1**	**139,9**	**133,1**	**+ 5,1**	**6,8**
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários								
Provisão PLR	-	5,2	-	(5,2)	-	-	-	-
Provisão de efeitos de geração distribuída	32,1	-	-	32,1	32,1	-	-	32,1
Juros Selic sobre indébitos tributários	(62,1)	-	-	(62,1)	(62,1)	-	-	(62,1)
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	**29,1**	**25,2**	**+ 15,5**	**3,9**	**109,9**	**133,1**	**- 17,4**	**(23,2)**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O EBITDA totalizou R$ 55,1 milhões no trimestre, redução de 44,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não caixa e não recorrentes, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de R$ 99,9 milhões, R$ 5,9 milhões (- 5,6%) menor que o mesmo período do ano anterior.

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T24	4T23	Var. %	Var. R$	2024	2023	Var. %	Var. R$
(=) EBITDA	**55,1**	**100,0**	**- 44,9**	**(44,9)**	**324,0**	**399,5**	**- 18,9**	**(75,6)**
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3,8	2,1	+ 81,0	1,7	11,9	8,3	+ 43,6	3,6
(=) EBITDA ajustado	**51,4**	**97,9**	**- 47,6**	**(46,6)**	**312,0**	**391,2**	**- 20,2**	**(79,2)**
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários								
Provisão PLR	-	7,9	-	(7,9)	-	-	-	-
Provisão de efeitos de geração distribuída	48,6	-	-	48,6	48,6	-	-	48,6
(=) EBITDA ajustado recorrente	**99,9**	**105,8**	**- 5,6**	**(5,9)**	**360,6**	**391,2**	**- 7,8**	**(30,6)**

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 377,5 milhões em dezembro, frente aos R$ 374,2 milhões registrados em setembro de 2024. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)(1), apresentaram montantes negativos de R$ 59,4 milhões em dezembro, contra R$ 70,9 milhões em setembro de 2024.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 1.273,2 milhões, contra R$ 1.239,0 milhões em setembro de 2024 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado apresentou crescimento para 3,6x.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

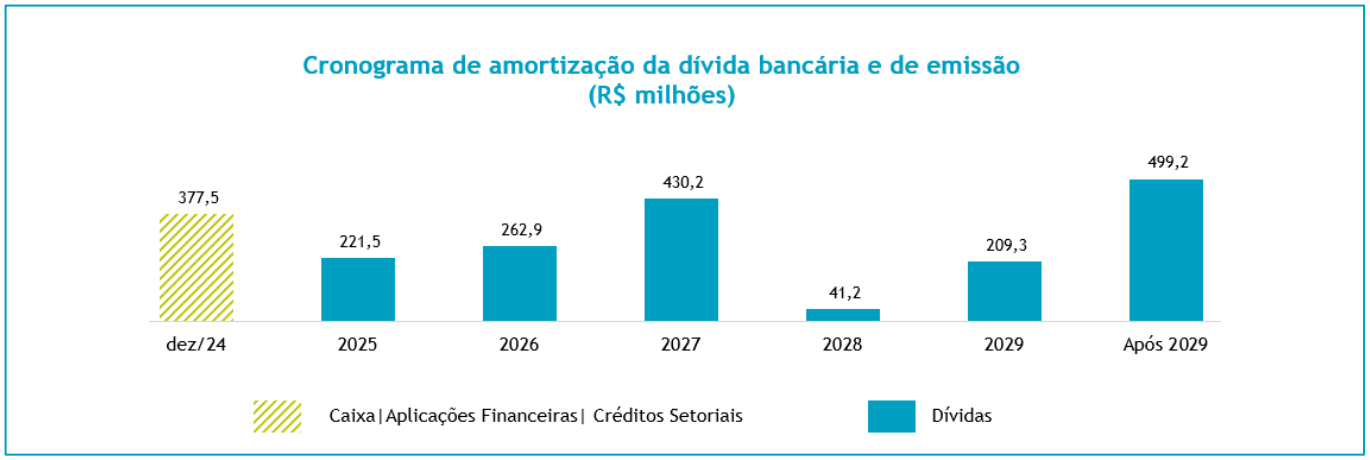
Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024
Circulante	**250,0**	**273,5**	**460,3**
Empréstimos e financiamentos	91,6	140,1	289,5
Debêntures	110,6	102,4	112,3
Encargos de dívidas	19,4	9,6	49,1
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	3,1	4,1	4,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	25,4	17,3	5,3
Não Circulante	**1.400,7**	**1.339,7**	**997,1**
Empréstimos e financiamentos	733,8	639,2	432,5
Debêntures	708,9	696,0	561,4
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	20,5	34,4	33,3
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(62,5)	(29,9)	(30,0)
Total das dívidas	**1.650,7**	**1.613,2**	**1.457,4**
(-) Disponibilidades financeiras	**436,9**	**445,2**	**386,6**
✓ Caixa e equivalentes de caixa	31,8	224,4	55,6
✓ Aplicações financeiras (Circulante)	405,1	220,7	331,0
Total das dívidas líquidas	**1.213,8**	**1.168,0**	**1.070,8**
(-) Créditos CDE	50,9	43,2	37,4
(-) Créditos CVA (1)	(110,3)	(114,2)	(148,5)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**1.273,2**	**1.239,0**	**1.182,0**
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses (2)	3,6	3,1	2,8

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.2. Caixa e endividamento

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
Valores em R$ milhões	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Ativo Elétrico	53,2	71,4	- 25,5	266,8	264,9	+ 0,7
Obrigações Especiais (*)	29,1	13,9	+ 110,1	149,2	29,7	+ 403,0
Ativo não Elétrico	5,6	6,7	- 16,5	15,8	17,7	- 10,5
Total dos Investimentos	**88,0**	**92,0**	**- 4,4**	**431,7**	**312,2**	**+ 38,3**

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

Nos últimos anos, a Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança na Energisa Sul-Sudeste passou por transformações significativas, alinhadas às diretrizes do Grupo Energisa. Essas mudanças foram impulsionadas por rápidas mudanças no ambiente de trabalho e pela integração de novas tecnologias, como a IA generativa. Com mais de 1.700 colaboradores e mais de 885 mil clientes, a Energisa Sul-Sudeste se destaca pela sua capacidade de adaptação, colocando as pessoas no centro dessa transformação.

A Energisa consolidou avanços importantes em bem-estar e desenvolvimento dos colaboradores, fortalecendo a cultura organizacional e criando um ambiente seguro, inclusivo e de qualidade de vida. A transformação tecnológica trouxe desafios, mas também oportunidades, levando a investimentos em upskilling e reskilling para enfrentar o impacto das novas tecnologias.

Principais ações:

- Atração e Retenção de Talentos: Foco no desenvolvimento, com ênfase na formação de mão de obra local.
- Formação Contínua: Atualização constante dos programas de treinamento, assegurando eficiência e segurança.
- Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI): Promoção de um ambiente mais inclusivo e equitativo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Liderança e Cultura Organizacional: Desenvolvimento contínuo das competências de liderança, com foco em decisões ágeis e estratégicas, além de uma cultura de confiança e inovação.

A saúde e o bem-estar dos colaboradores são essenciais, com programas como o Viva Energia, voltados para prevenção de doenças e promoção de um estilo de vida saudável, além do programa Saúde Integral, que oferece apoio em diversas áreas.

A segurança é uma prioridade, com um roadmap baseado em tecnologia e prevenção, além de soluções para monitoramento e redução de riscos.

A Energisa segue com o compromisso de criar uma força de trabalho resiliente e ágil, garantindo a competitividade e o sucesso a longo prazo, com a visão de um futuro em que pessoas e tecnologia caminham juntas para garantir excelência, segurança e sustentabilidade.

Responsabilidade socioambiental

A Energisa tem reforçado seu compromisso com a sociedade local e o meio ambiente, por meio de iniciativas culturais e ações voltadas para a valorização dos valores regionais. A Companhia investe em projetos que incentivam a produção cultural e promovem a preservação da memória local, ao mesmo tempo em que impulsionam a economia criativa nas regiões onde atua. Essas ações estão alinhadas à agenda socioambiental, com foco no desenvolvimento sustentável e na promoção da diversidade cultural.

Em 2024, a Energisa Sul-Sudeste destinou aproximadamente R$ 2,4 milhões a ações de impacto socioambiental, incluindo programas nas áreas de educação, cultura, esporte, além de projetos voltados para o combate à fome e segurança alimentar. Esses investimentos refletem o compromisso da Companhia em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, promovendo a inclusão e o fortalecimento das práticas sustentáveis em suas áreas de concessão.

Eficiência energética

O Grupo Energisa reafirma, a cada ano, seu compromisso com a eficiência energética e a sustentabilidade. Em 2024, o investimento de R$ 4,1 milhões reflete o esforço contínuo na otimização do consumo de energia e na promoção de práticas mais sustentáveis.

A iniciativa Nossa Energia é um exemplo desse compromisso, incentivando a educação e a economia de energia em comunidades na área de concessão. Em 2024, o projeto possibilitou a substituição de 23 mil lâmpadas LED, 140 geladeiras, promovendo maior eficiência e redução do consumo.

As iniciativas adotadas pela Companhia não só geraram redução de custos, mas também impulsionam o uso consciente da energia e ajudam na diminuição das emissões de gases de efeito estufa, reforçando o compromisso da Energisa com a sustentabilidade e o futuro do planeta.

Iniciativas socioculturais

No âmbito sociocultural, a Energisa Sul-Sudeste se empenha em ações alinhadas à agenda ASG, destacando o apoio às manifestações culturais autênticas e a valorização da diversidade cultural em sua região. Busca não apenas incentivar a produção cultural e a preservação da memória, mas também impulsionar a economia criativa e mobilizar projetos e parcerias que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Para concretizar esses objetivos, conta com o apoio de suas organizações sociais: a Fundação Ormeo Junqueira Botelho e o Instituto Energisa, criados com o propósito de alavancar as potencialidades dos territórios onde atua por meio de iniciativas educacionais, culturais, sociais e esportivas.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2024, a Energisa direcionou suas iniciativas de sustentabilidade, principalmente, para a gestão de fornecedores, reforçando seu compromisso com as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a crescente responsabilidade das empresas quanto às práticas sustentáveis de seus parceiros.

Dentre as iniciativas, destaca-se a continuidade do Programa Sinergisa, dedicado ao desenvolvimento dos fornecedores do grupo Energisa. O programa promove avaliações de gestão e a aplicação de práticas, regras e conceitos reconhecidos mundialmente, buscando aprimorar a gestão dos fornecedores de materiais e serviços. Além de mitigar riscos na cadeia de suprimentos, essa iniciativa fomenta uma cultura organizacional voltada para a melhoria contínua dos processos desses parceiros.
A Energisa segue monitorando de perto seus fornecedores, incentivando a melhoria contínua e substancial dos processos de fabricação em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, visando estabelecer parcerias com fornecedores alinhados às melhores práticas do mercado.
Além disso, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado, garantindo alinhamento com as diretrizes e recomendações ASG.

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "ESS") é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 05 de novembro de 2019. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A ("REDE"), e possui sede na cidade de Presidente Prudente, São Paulo. Sua área de concessão abrange 82 municípios, sendo 71 no Estado de São Paulo, 10 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 munícipio no Estado do Paraná, atendendo a 886.007 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 17 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

I - Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
II - Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
III - Racionalidade operacional e econômica; e
IV - Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos Reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimento dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguros sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

Notas Explicativas

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção de infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 26, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2025.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas

Notas Explicativas

estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias: fornecimento de energia elétrica não faturada e provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;

II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais: valores em constituição que serão contemplados no processo de reajuste/revisão tarifária;

III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;

IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão: ativo de contrato;

V. Nota explicativa nº 15 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;

VI. Nota explicativa nº 16 – Intangível: previsão de vida útil dos ativos;

VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental: estimativa de perda em processos;

VIII. Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais: provisão de valores referentes à operação de compra e venda de energia elétrica comprada para revenda;

IX. Nota explicativa nº 32 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e

X. Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós-emprego.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. Consumidores e concessionárias: inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

Notas Explicativas

c. Ajuste a valor presente: determinados créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, riscos, moeda, condição de recebimento nas datas das respectivas transações;

d. Tributos a recuperar: referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável;

e. Ativos e passivos financeiros setoriais: referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante): os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

g. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago para as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício;

h. Ativo financeiro indenizável da concessão: corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Notas Explicativas

As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, e foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão;

i. **Ativo contratual – Infraestrutura em construção:** é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível – contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao Poder Concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável.

   No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20;

j. **Imobilizado:** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

   O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

   - O custo de materiais e mão de obra direta;
   - Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
   - Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
   - Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Notas Explicativas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício, deduzido da despesa de depreciação, calculada.

Depreciação: itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

k. Intangível: compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16), softwares e direito de concessão.

Contratos de concessão do serviço público

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas operações vinculadas ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não poderá ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

- *Intangível direito de uso:* os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento*: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Notas Explicativas

Softwares

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos;

l. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- Ativos intangíveis: ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

- Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

(i) Receitas – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;

(ii) Custos e despesas operacionais – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

(iii) Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Notas Explicativas

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2024 e 2023, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

m. Empréstimos, financiamentos e debêntures: são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório;

n. Provisões: uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

o. Dividendos: os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

p. Receita operacional: as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são

Notas Explicativas

terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração.

A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários;

q. Cobertura de Seguros: a política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes;

r. Instrumentos financeiros e operações de *hedge*

***Ativos financeiros*:**

Reconhecimento inicial e mensuração: são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente: para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas Explicativas

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

• Julgamentos, estimativas e premissas – Nota explicativa nº 2.3;
• Consumidores e concessionárias – Nota explicativa nº 6; e
• Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - Nota explicativa nº 32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de fornecimento de energia elétrica a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

***Passivos financeiros*:**

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo e compreendem empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Notas Explicativas

Reconhecimento inicial e mensuração: os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente: a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Classificação e Mensuração	
Valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em *"Swap"*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, busca operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

Notas Explicativas

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Para os *hedges* de valor justo, a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 32, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente;

s. Benefícios pós-emprego - plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós

Notas Explicativas

emprego: a Companhia patrocina fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde).

Para os planos de suplementação de aposentadoria e pensão, a obrigação líquida da Companhia, dos planos na modalidade Benefício Definido (BD), é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os outros benefícios pós emprego, são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados a serem realizados pela Companhia. A avaliação atuarial desses benefícios é realizada anualmente, pelo método crédito unitário projetado.

Os custos do serviço corrente e do serviço passado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido; e

t. Demonstração do valor adicionado: preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB - International Accounting Standards Board*

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com *covenants*
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and leaseback*"
Resolução CVM nº 199/2024 e NBC TG09/CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2025

Notas Explicativas

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 18	Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas Demonstrações Financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 82 municípios dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira foi de 103,2% do CDI 2023.

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	**31.845**	**69.642**
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	14
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante [1]	**31.845**	**69.656**

[1] As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2024 equivale a 101,6% do CDI (96,8% do CDI em 2023).

	2024	2023
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	2	2
Fundos de Investimentos [1]	5.080	3.943
Fundos de Investimentos Exclusivos [2]		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	7.571	1.099
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	326	1.213
Compromissadas	73.251	14.468

Notas Explicativas

	2024	2023
Fundo Multimercado	18.143	26
Fundo de Renda Fixa	198.542	125.188
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	42.480	5.686
Letra Financeira (LF)	44.655	18.081
Nota de Crédito (NC)	964	344
Letra Financeira (LFS)	-	98
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	14.088	4.143
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	86
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados [3] - circulante	**405.102**	**174.377**

[1] **Fundos de Investimentos:** inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e foram remunerados de 97,1% a 316,0% (-25,5% a 106,7% em 2023) do CDI e média ponderada 281,2% (6,1% em 2023) do CDI;

[2] **Fundos de Investimentos Exclusivos:** foram remunerados a 103,9% (103,5% em 2023) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 99,3% do CDI Fundo Energia Futuro, 102,8% (85,1% em 2023) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 106,1% (98,6% em 2023) do CDI Fundo Zona da Mata e (69,5% em 2023) do CDI Fundo Cataguases;

[3] Inclui R$1.111 (R$684 em 2023) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais e conselho do consumidor, conforme segue:

	2024	2023
Bloqueios judiciais credores	686	381
Conselho do consumidor	425	303
Total	**1.111**	**684**

6. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD [2]	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2024	2023
Valores correntes:									
Residencial	50.867	-	35.132	1.997	165	272	(3.036)	85.397	99.886
Industrial	13.802	-	2.156	158	350	3.082	(3.089)	16.459	21.411
Comercial	21.686	-	6.596	704	203	1.274	(1.517)	28.946	37.694
Rural	8.004	-	2.835	233	266	371	(379)	11.330	14.884
Poder público	7.920	-	434	2	-	2	(3)	8.355	9.474
Iluminação pública	5.267	-	66	-	-	46	(46)	5.333	6.771
Serviço público	8.505	-	83	-	-	27	(27)	8.588	9.781
Fornecimento não faturado	108.618	-	-	-	-	-	(375)	108.243	132.592
(-) Arrecadação em processo de classificação	(461)	-	-	-	-	-	-	(461)	(6.977)
Valores renegociados:									
Residencial	1.749	2.659	1.394	557	512	3.180	(4.682)	5.369	6.670
Industrial	237	306	91	34	65	1.065	(1.204)	594	1.529
Comercial	499	3.275	373	152	147	1.942	(2.504)	3.884	3.176
Rural	308	477	169	41	52	160	(369)	838	853
Poder público	14	10	-	-	-	9	(9)	24	195
Serviço público	62	93	-	-	-	-	-	155	20
(-) Ajuste a valor presente [1]	(55)	(1.034)	-	-	-	-	-	(1.089)	(1.066)
Subtotal - consumidores	**227.022**	**5.786**	**49.329**	**3.878**	**1.760**	**11.430**	**(17.240)**	**281.965**	**336.893**
Suprimento de energia [3]	14.154	-	-	-	-	16.688	-	30.842	20.425
Outros [4]	16.317	-	-	-	-	818	(452)	16.683	68.949
Total	**257.493**	**5.786**	**49.329**	**3.878**	**1.760**	**28.936**	**(17.692)**	**329.490**	**426.267**
Circulante								309.742	352.742
Não circulante								19.748	73.525

Notas Explicativas

(1) **Ajuste a valor presente (AVP):** calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado;

(2) Seguem as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - circulante e não circulante	**39.304**	**37.025**
Provisões líquidas constituídas no exercício	9.185	6.434
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(6.102)	(4.155)
Saldo em 2024 e 2023 - circulante e não circulante	**42.387**	**39.304**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	17.692	16.941
Títulos de créditos a receber	762	762
Outros créditos	23.933	21.601

(3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:

Composição do saldo da CCEE	2024	2023
Créditos a vencer	14.154	3.673
Créditos vinculados a liminares (a)	16.688	16.752
Subtotal créditos CCEE	**30.842**	**20.425**
(-) Aquisições de Energia na CCEE (b)	(8.332)	(2.690)
(-) Encargos de Serviços de Sistema - ESS (b)	(3.288)	(3.798)
Total créditos CCEE	**19.222**	**13.937**

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE;

(b) Vide nota explicativa nº 17;

(4) **Outros:** Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores, tais como:

ICMS incidente sobre a TUSD: no exercício anterior, o saldo incluía o ICMS incidente nas faturas dos consumidores que estão amparados por liminares para o não recolhimento do ICMS sobre a TUSD. Durante o exercício de 2024, a Companhia, amparada na evolução do entendimento de seus assessores jurídicos de que esta não é parte no processo judicial entre esses consumidores e o governo do estado, revisou a contabilização baixando os valores contabilizados nesta rubrica no ativo contra o passivo não circulante no mesmo montante.

7. Tributos a recuperar

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	47.453	43.525
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ (1)	100.934	68.823
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (1)	42.838	25.408
Contribuições ao PIS e à COFINS	25.252	24.592
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (2)	289.921	317.546
Outros	7.860	10.147
Total	**514.258**	**490.041**
Circulante	184.034	186.580
Não Circulante	330.224	303.461

(1) Incremento em razão do reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic aplicados a indébitos tributários conforme demonstrado na nota explicativa nº 12;

(2) Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R$ 327.223

Notas Explicativas

em 2021, oriundos de ações judiciais transitadas em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado em R$178.046 (R$ 158.461 em 2023), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em Lei. As compensações realizadas foram de R$ 215.348 (R$168.138 em 2023).

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual - RTA e a Revisão Tarifária Periódica - RTP. Ambos previstos no contrato de concessão.

A concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária - RTE sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1. Reajuste tarifário anual

O Reajuste Tarifário Anual - RTA tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 09 de julho de 2024, através da Resolução Homologatória nº 3.341, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 12 de julho de 2024. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de -9,89%.

8.2. Revisão tarifária periódica

A Revisão Tarifária Periódica - RTP ocorre a cada 5 anos e nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

8.3. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R$/kWh REH nº 3.051/2022	Atual R$/kWh REH nº 3.306/2024 [1]
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

[1] A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

Notas Explicativas

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 1	Verde
Outubro	Vermelha Patamar 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

8.4. Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente. Os valores reconhecidos no exercício de 2024, contabilizados na atualização financeira devedora – Ativos e passivos financeiros setoriais – registrado no resultado financeiro, foi de R$335 (R$1.672 em 2023).

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Ativos e Passivos financeiros setoriais	2024			2023		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	-	4.959	4.959	43.131	-	43.131
Não Circulante	-	5.584	5.584	-	-	
	-	**10.543**	**10.543**	**43.131**	**-**	**43.131**
Passivos Financeiros Setoriais						
Circulante	111.412	4.456	115.868	65.169	16.784	81.953
Não Circulante	-	5.017	5.017	-	8.797	8.797
	111.412	**9.473**	**120.885**	**65.169**	**25.581**	**90.750**
Saldo líquido dos ativos e passivos	**(111.412)**	**1.070**	**(110.342)**	**(22.038)**	**(25.581)**	**(47.619)**

Notas Explicativas

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2023	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/ Cofins	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 2024
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (2)	Outros (3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(19.338)	33.321	23.907	3.288	-	-	-	41.178
Transporte de energia elétrica - Rede básica	61.059	8.855	(49.048)	184	-	-	-	21.050
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(2.830)	(2.412)	4.005	(86)	-	-	-	(1.323)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	8.563	23.506	(6.120)	662	-	(10.716)	-	15.895
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(4.152)	(1.997)	1.600	(408)	-	-	-	(4.957)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.051	(1.541)	(3.271)	(138)	-	-	-	(899)
Bandeiras Tarifárias CCRBT (2)	-	(14.751)	-	-	-	-	-	(14.751)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(18.422)	(67.099)	42.705	(3.788)	-	-	-	(46.604)
Sobrecontratação de energia	84.438	21.380	(75.992)	311	-	(12.629)	-	17.508
Devoluções Tarifárias (1)	(19.731)	(22.158)	20.402	(633)	-	-	-	(22.120)
CUSD	176	328	(330)	-	-	-	-	174
Exposição de submercados	(121)	(470)	165	(24)	-	-	-	(450)
Garantias financeiras	1.616	1.678	(1.520)	85	-	-	-	1.859
Saldo a compensar	3.539	(3.185)	(3.061)	6	-	-	-	(2.701)
Outros itens financeiros (3)	(146.467)	(93.617)	168.610	(5.007)	(33.277)	-	(4.443)	(114.201)
Saldo líquido dos ativos e passivos	**(47.619)**	**(118.162)**	**122.052**	**(5.548)**	**(33.277)**	**(23.345)**	**(4.443)**	**(110.342)**

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/ Cofins	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (2)	Outros (3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(1.902)	(33.858)	17.163	(741)	-	-	-	(19.338)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	38.529	48.167	(31.246)	5.609	-	-	-	61.059
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	6.491	(5.119)	(3.978)	(224)	-	-	-	(2.830)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	(6.777)	14.129	2.661	415	-	(1.865)	-	8.563
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	29.423	(9.503)	(23.867)	(205)	-	-	-	(4.152)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	4.774	2.885	(3.978)	370	-	-	-	4.051
Bandeiras Tarifárias CCRBT (2)	(13)	13	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	4.063	(19.900)	(3.148)	563	-	-	-	(18.422)
Sobrecontratação de energia	101.386	45.394	(56.087)	1.156	-	(7.411)	-	84.438
Devoluções Tarifárias (1)	(15.297)	(19.376)	15.442	(500)	-	-	-	(19.731)
CUSD	127	333	(284)	-	-	-	-	176
Exposição de submercados	485	(107)	(488)	(11)	-	-	-	(121)
Garantias financeiras	1.459	1.432	(1.381)	106	-	-	-	1.616
Saldo a compensar	8.367	3.590	(8.354)	(64)	-	-	-	3.539
Outros itens financeiros (3)	(92.161)	(80.236)	172.066	(1.253)	(145.161)	-	278	(146.467)
Saldo líquido dos ativos e passivos	**78.954**	**(52.156)**	**74.521**	**5.221**	**(145.161)**	**(9.276)**	**278**	**(47.619)**

(1) **Devoluções tarifárias:** referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia;

(2) **Bandeiras Tarifárias CCRBT**: desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Notas Explicativas

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 2024, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R$23.345 (R$9.276 em 2023);

(3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das distribuidoras de energia elétrica, tais como:

Créditos de PIS e COFINS: conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício. O valor homologado no processo tarifário em julho de 2024 foi de R$33.277 (R$112.001 em julho de 2023).

(3.1) **Recebimentos/Pagamentos:**

Repasse CDE Modicidade Eletrobras: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.239 de 23 de abril de 2024, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. O montante recebido em 2024 foi de R$14.363 (R$6.807 em 2023).

Reversão Efeito Decreto nº 10.665/2021 e DSP nº 417/2022 - Reversão Bônus Itaipu: o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Esse valor pago pelos consumidores no valor de R$9.920 irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu.

10. Outros créditos

	2024	2023
Subvenção - Baixa Renda (1)	5.045	5.907
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	45.894	12.135
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	243	243
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	14.403	19.203
Outras ordens em curso (3)	3.786	3.913
Adiantamentos a empregados	1.576	1.986
Adiantamentos a fornecedores	2.653	2.681
Outros créditos a Receber - CELPA (4)	36.035	36.040
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA (4)	(9.327)	(10.072)
Aquisição de crédito fiscais (4)	21.401	21.401
(-) Provisão na aquisição de crédito fiscais (4)	(21.401)	(21.401)
Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos (5)	8.910	16.609
Despesas pagas antecipadamente	5.907	6.267
Dispêndios a reembolsar	239	239
Outros créditos a receber (6)	1.268	2.323
Total	**116.632**	**97.474**
Circulante	89.924	71.507
Não circulante	26.708	25.967

(1) **Subvenção - Baixa Renda:** refere-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se as provisões dos meses de novembro e dezembro de 2024, com estimativa de recebimento para o próximo trimestre, após revisão da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	**5.907**	**5.110**
Subvenção	32.693	34.278
Ressarcimentos	(33.555)	(33.481)
Saldo em 2024 e 2023 - circulante	**5.045**	**5.907**

(2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** refere-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE. Os valores são reconhecidos

Notas Explicativas

mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2024	2023
Saldo **em 2023 e 2022 - circulante**	**12.135**	**6.499**
Subvenção	159.262	105.442
Ressarcimentos (*)	(125.503)	(99.806)
Saldo em 2024 e 2023 - circulante	**45.894**	**12.135**

(*) A partir dos processos tarifários de 2023, passou a compor o valor do repasse de subvenção da CDE o subsídio tarifário relacionado ao desconto aplicado no faturamento da energia compensada associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, respeitando a regra de transição aplicável ao faturamento de cada unidade consumidora participante do SCEE.

(3) **Outras ordens em curso:** referem-se, em sua maioria, às ordens de desativação em curso em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados;

(4) **Outros Créditos a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA**: são valores, líquidos do AVP, que a Companhia tem a receber de créditos das Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, oriundos de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A, realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber é atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a.; (ii) de março de 2031 a setembro de 2033, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019;

(5) **Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos**: referem-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste, inclui R$2.332 de provisão para perdas e venda de sucata;

(6) **Outros créditos a receber:** inclui R$200 (R$200 em 2023) referente a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, que detém 99,26% do capital total.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento (8)	Disponibilização do sistema receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a receber (pagar) Disponibilização de sistema
Energisa S/A (1 e 2)	(36.426)	(7.320)	-	(22.232)	(6.661)	(353.986)	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (3)	-	(1.197)	11.137	-	(118)	-	286
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A (4)	(39.048)	-	-	-	(7.943)	-	-
Energisa Soluções S/A (4 e 5)	(3.285)	-	-	-	(20)	-	-
Multi Energisa Serviços S/A (6)	(4.933)	-	-	-	(768)	-	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	-	8	-	-	(8)	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(229)	-	-	(19)	-	-

Notas Explicativas

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento [8]	Disponibilização do sistema receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a receber (pagar) Disponibilização de sistema
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	-	(5.520)	-	-	(472)	-	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	280	-	-	8	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	(47)	-	-	(16)	-	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	-	51	-	-	-	-	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	-	182	-	-	4	-	-
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	-	(1.457)	-	-	(151)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A [7]	-	5	(236)	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A [7]	-	7	(226)	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A [7]	-	6	(195)	-	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A [7]	-	12	(343)	-	-	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A [7]	-	5	(69)	-	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A [7]	-	-	(3)	-	-	-	-
Energisa Paranaíta Transmissora de Energia S/A [7]	-	1	(14)	-	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A [7]	-	16	(687)	-	-	-	(19)
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A [7]	-	18	(793)	-	-	-	(21)
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A [7]	-	23	(255)	-	-	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	-	2	-	-	-	-	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	-	2	-	-	-	-	-

Notas Explicativas

	Serviços contratados (Despesas)	Compartilhamento [8]	Disponibilização do sistema receita / (despesa)	Debêntures despesas financeiras	Saldo a pagar (receber)	Saldo a pagar de debêntures	Saldos a receber (pagar) Disponibilização de sistema
Companhia de Gás do Espírito Santo – Es Gás	-	8	-	-	-	-	-
Alsol Energias Renováveis S/A [9]	(741)	-	-	-	(378)	-	-
Voltz Capital S/A [10]	19	-	-	-	7	-	-
2024	**(84.414)**	**(15.144)**	**8.316**	**(22.232)**	**(16.535)**	**(353.986)**	**246**
2023	**(78.518)**	**(9.446)**	**6.984**	**(12.947)**	**(13.759)**	**(179.791)**	**272**

(1) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares: contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R$82.982, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de *BI - Business Intelligence*; (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de *BI Business Intelligence*; (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(2) A Companhia efetuou a 3ª, 6ª, 10ª, 11ª e 13ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2024, o valor atualizado é de R$353.986 (R$179.791 em 2023);

(3) Refere-se a contratos de CUSD - Contratos de Uso do Sistema de Distribuição;

(4) Refere-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

(5) **Contrato de prestação de serviços:** refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027;

(6) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL, com vencimento em março/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(7) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato com vencimento em 2025;

(8) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022;

(9) Refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D, o contrato tem vigência até dezembro de 2024;

(10) Serviços de arrecadação de valores relativos a produtos/serviços de parceiros e parcelas de dívidas na fatura de energia elétrica.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

	2024	2023
Remuneração anual [1]	4.996	4.508
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	147	-
Remuneração da Diretoria	2.027	1.980
Outros benefícios [2]	1.615	1.282

[1] Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2024 foi aprovado na AGO/E de 27 de abril de 2024. Para o exercício de 2023 foi aprovado na AGO/E de 27 de abril de 2023;

[2] Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2024, foram de R$86 e R$3 (R$82 e R$3 em 2023), respectivamente. A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$21 (R$22 em 2023).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo: (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (*Units*), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações (*Units*) em andamento: (i) 5º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2025; (ii) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026; e (iii) 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching Extraordinário e Matching Líderes*) e o segundo, *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024 com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027.

O 5º Programa é associado as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Fluxo de Caixa Livre, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e 7º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR)* Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º e 7º Programas de *Restricted Shares (Matching)* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *Units* (ENGI11) e, após o período de *vesting*, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas *Units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *Units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *Unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *Unit*, adicionadas das *Units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Notas Explicativas

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	4º Programa [1]	5º Programa	6º Programa *Restricted Shares Matching*	6º Programa *Performance Shares*	7º Programa *Restricted Shares*	7º Programa *Performance Shares*	7º Programa de Concessão de Ações Extraordinário 2024	7º Programa de Concessão de Ações *Matching* 2024 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações outorgadas	11.292	15.441	9.336	9.336	10.945	10.945	3.682	1.010
Opções de ações prescritas	-	-	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024
Data de início *vesting*	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	7,880%	12,550%	N/A	N/A	N/A	10,970%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-	N/A	DI1J2027	N/A	N/A
Volatilidade [2]	35,09%	34,88%	N/A	N/A	N/A	27,280%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R$ 37,19	R$ 37,90	R$ 51,75	R$ 44,11	R$ 46,79	R$ 48,56	R$ 46,79	R$ 45,71
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

[1] Em 27 de maio de 2024, foi assinado o termo de quitação e ciência do 4º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *Units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado;

[2] Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE - "Índice de Energia Elétrica e seus pares" para o *Total Shareholder Return - TSR)* foram calculadas com base nos valores históricos de 1 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2024.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base *pro rata temporis*, que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*Units*).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi contabilizado o valor de R$18 (R$494 em 2023) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de dezembro de 2024 é de R$1.838 (R$1.856 em 2023).

Notas Explicativas

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2024	2023
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	49.499	52.290
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	17.819	18.825
Total - ativo não circulante	**67.318**	**71.115**
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	(20.682)	(15.894)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(7.445)	(5.722)
Total - passivo não circulante	**(28.127)**	**(21.616)**
Total líquido - ativo não circulante	**39.191**	**49.499**

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2024		2023	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativos e Passivos				
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão	51.196	17.407	57.530	19.560
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD	42.387	14.412	39.304	13.363
Provisão ajuste atuarial	39.631	13.475	52.144	17.729
Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental	16.223	5.516	15.051	5.117
Outras provisões (honorários e outras)	45.277	15.394	17.572	5.974
Ajuste a valor presente	1.089	370	1.066	362
Outras adições temporárias	-	-	4.367	1.485
Marcação a Mercado - derivativo	(37.138)	(12.627)	(25.228)	(8.578)
Provisão IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(24.918)	(8.472)	(20.991)	(7.137)
Marcação a Mercado – dívida	(14.789)	(5.028)	4.775	1.624
Outras exclusões temporárias	(3.693)	(1.256)	-	-
Total - ativo não circulante	**115.265**	**39.191**	**145.590**	**49.499**

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2025	3.622
2026	5.458
2027	6.489
2028	6.664
2029	6.335
2030 a 2032	21.093
Após 2032	17.657
Total	**67.318**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados são demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	139.117	209.178
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	**(47.300)**	**(71.121)**
Ajustes:		
Incentivos fiscais – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica [1]	2.115	2.268
Incentivos fiscais – Outros [2]	1.426	1.968
Créditos referentes a indébitos tributários [3]	47.921	-
Juros Selic sobre indébitos tributários [3]	4.804	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas etc.)	(1.627)	(3.665)

Notas Explicativas

Alíquota efetiva	2024	2023
Outros	1.358	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**8.697**	**(70.550)**
Alíquota efetiva	**6,25%**	**33,73%**

(1) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005;

(2) Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), doações/patrocínios culturais, Lei nº 8.313/91 e projetos desportivos, Lei nº 11.438/2006;

(3) **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários:** a Companhia até o ano-calendário de 2023 optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, no ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal (Ativo).

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, em dezembro de 2024, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários (relativos ao período de 2021 a 2023) caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$11.943 (R$8.319 em 2023).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Ativo financeiro valor justo	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	**217.816**	**165.812**
Adições no exercício (1)	62.122	43.771
Baixas no exercício	(194)	(86)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão (2)	11.943	8.319
Saldo em 2024 e 2023	**291.687**	**217.816**

(1) Referem-se as transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;

(2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

Notas Explicativas

14. Ativo contratual – infraestrutura em construção

	Saldos em 2023	Adição	Transferências			Saldos em 2024
			Intangível - contrato de concessão [1]	Ativo financeiro indenizável da concessão	Outros [1]	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	139.885	416.630	(328.159)	(84.917)	(834)	142.605
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	55.961	149.152	(130.031)	(22.795)	-	52.287
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**83.924**	**267.478**	**(198.128)**	**(62.122)**	**(834)**	**90.318**

	Saldos em 2022	Adição	Transferências		Saldos em 2023
			Intangível - contrato de concessão [1]	Ativo financeiro indenizável da concessão	
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	124.517	294.546	(232.322)	(46.856)	139.885
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	52.488	29.652	(23.094)	(3.085)	55.961
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**72.029**	**264.894**	**(209.228)**	**(43.771)**	**83.924**

[1] O montante de R$198.128 (R$209.228 em 2023) foi transferido para o Intangível – contrato de concessão, enquanto o montante negativo de (R$ 834) foi reclassificado para o imobilizado.

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2023	Adição	Transferências [1]	Baixas	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	12.938	-	1.142	-	-	14.080
Máquinas e Equipamentos	12,05%	25.356	-	4.001	(3)	-	29.354
Veículos	14,29%	867	-	978	(254)	-	1.591
Móveis e Utensílios	6,25%	7.924	-	517	-	-	8.441
Total do imobilizado em serviço		**47.085**	**-**	**6.638**	**(257)**	**-**	**53.466**
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(868)	-	-	-	(444)	(1.312)
Máquinas e Equipamentos		(18.092)	-	-	1	(1.708)	(19.799)
Veículos		(128)	-	-	91	(166)	(203)
Móveis e Utensílios		(6.438)	-	-	-	(161)	(6.599)
Total depreciação acumulada		**(25.526)**	**-**	**-**	**92**	**(2.479)**	**(27.913)**
Subtotal Imobilizado		**21.559**	**-**	**6.638**	**(165)**	**(2.479)**	**25.553**
Imobilizado em curso		3.849	3.400	(5.804)	-	-	1.445
Total do Imobilizado		**25.408**	**3.400**	**834**	**(165)**	**(2.479)**	**26.998**

[1] O montante de R$ 834 são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

Notas Explicativas

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	10.738	-	2.200	-	-	12.938
Máquinas e Equipamentos	14,06%	22.864	-	2.522	(30)	-	25.356
Veículos	14,29%	250	-	617	-	-	867
Móveis e Utensílios	6,25%	7.738	-	186	-	-	7.924
Total do imobilizado em serviço		**41.590**	**-**	**5.525**	**(30)**	**-**	**47.085**
Depreciação acumulada							
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(478)	-	-	-	(390)	(868)
Máquinas e Equipamentos		(16.577)	-	-	-	(1.515)	(18.092)
Veículos		(49)	-	-	-	(79)	(128)
Móveis e Utensílios		(6.301)	-	-	-	(137)	(6.438)
Total depreciação acumulada		**(23.405)**	**-**	**-**	**-**	**(2.121)**	**(25.526)**
Subtotal Imobilizado		**18.185**	**-**	**5.525**	**(30)**	**(2.121)**	**21.559**
Imobilizado em curso		3.138	6.236	(5.525)	-	-	3.849
Total do Imobilizado		**21.323**	**6.236**	**-**	**(30)**	**(2.121)**	**25.408**

16. Intangível

	2024	2023
Intangível - contrato de concessão	1.160.329	1.044.724
Intangível – direito de uso	2.398	573
Intangível – software	32.078	27.812
Total	**1.194.805**	**1.073.109**

16.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2023	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2024
Intangível em Serviço						
Custo	4,18%	2.443.769	328.194	(30.133)	-	2.741.830
Amortização acumulada		(1.150.927)	(65)	24.467	(104.337)	(1.230.862)
Total Intangível		**1.292.842**	**328.129**	**(5.666)**	**(104.337)**	**1.510.968**
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	487.875	130.031	(92)	-	617.814
Amortização acumulada		(239.757)	(30)	-	(27.388)	(267.175)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		**248.118**	**130.001**	**(92)**	**(27.388)**	**350.639**
Total Intangível - contrato de concessão		**1.044.724**	**198.128**	**(5.574)**	**(76.949)**	**1.160.329**

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2023
Intangível em Serviço						
Custo	4,29%	2.232.163	232.322	(20.716)	-	2.443.769
Amortização acumulada		(1.077.820)	-	17.978	(91.085)	(1.150.927)
Total Intangível		**1.154.343**	**232.322**	**(2.738)**	**(91.085)**	**1.292.842**
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,94%	464.845	23.094	(64)	-	487.875
Amortização acumulada		(221.267)	-	-	(18.490)	(239.757)

Notas Explicativas

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2023
Total das Obrigações vinculadas à concessão		**243.578**	**23.094**	**(64)**	**(18.490)**	**248.118**
Total Intangível - contrato de concessão		**910.765**	**209.228**	**(2.674)**	**(72.595)**	**1.044.724**

(1) O montante de R$198.128 (R$209.228 em 2023) foram transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção - contrato de concessão;

(2) As baixas no montante de R$5.574 (R$2.674 em 2023), foram contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

(3) A Companhia reconheceu no exercício créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$4.930 (R$4.511 em 2023) e não inclui o montante de R$4 (R$(4) em 2023) referente a despesa de depreciação de provisão de incorporação de redes.

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2024	2023
Contribuições do consumidor (1)	452.977	304.544
Participação da União, Estados e Municípios (2)	200.700	199.500
Reserva para reversão	4.236	4.809
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	41.333	41.333
(-) Amortização acumulada	(267.175)	(239.757)
Total	**432.071**	**310.429**
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	29.145	6.350
Ativo contratual - infraestrutura em construção	52.287	55.961
Intangível - contrato de concessão	350.639	248.118
Total	**432.071**	**310.429**

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo contratual – infraestrutura em construção;

(2) Inclui a participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) e a participação do Governo do Estado, destinados ao Programa Luz para Todos.

16.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - direito de uso - Imóveis					
Custo	14,94%	5.317	3.079	-	8.396
Amortização acumulada		(4.744)	-	(1.254)	(5.998)
Total do intangível - direito de uso - Imóveis		**573**	**3.079**	**(1.254)**	**2.398**

Notas Explicativas

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - direito de uso - Imóveis				
Custo	5,81%	5.317	-	5.317
Amortização acumulada		(4.435)	(309)	(4.744)
Total do intangível - direito de uso - Imóveis		**882**	**(309)**	**573**

16.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2023	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2024
Intangível - software e outros						
Custo	20,00%	60.066	-	1.389	-	61.455
Amortização acumulada		(33.101)	-	-	(7.429)	(40.530)
Em curso		847	11.695	(1.389)	-	11.153
Total do intangível - software e outros		**27.812**	**11.695**	**-**	**(7.429)**	**32.078**

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - software e outros							
Custo	20,00%	39.106	-	21.024	(64)	-	60.066
Amortização acumulada		(28.089)	-	-	-	(5.012)	(33.101)
Em curso		10.437	11.434	(21.024)	-	-	847
Total do intangível - software e outros		**21.454**	**11.434**	**-**	**(64)**	**(5.012)**	**27.812**

17. Fornecedores

	2024	2023
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE [1]	8.332	2.690
Compra de energia elétrica [2]	159.244	165.839
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS [3]	28.059	30.343
Encargos de Serviços de Sistema - ESS [4]	3.288	3.798
Encargos do uso da rede elétrica [2]	8.669	9.217
Encargos de conexão [2]	960	944
Materiais, serviços e outros [5]	48.120	59.042
Total	**256.672**	**271.873**
Circulante	247.332	264.641
Não Circulante	9.340	7.232

[1] **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE:** a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidos pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário. Os custos mais elevados em 2024 dos efeitos de curto prazo foram motivados, principalmente, pela redução da geração hídrica;

[2] **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica:** referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e do uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;

[3] **Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS**: refere-se à aquisição de custo de uso de transmissão, com pagamentos até o dia 25 de cada mês depois da publicação do AVD ou em três parcelas sendo nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte;

[4] **Encargos de Serviços de Sistema - ESS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o custo do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao mesmo período de 2023;

[5] **Materiais, serviços e outros:** referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

Notas Explicativas

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensurados ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	14.741	-	(1.846)	(658)	1.319	-	-	13.556
IPCA	132.924	85.500	(12.370)	(10.231)	18.883	-	-	214.706
CDI	333.251	9.800	(141.472)	(67.694)	34.829	-	-	168.714
(-) Custo com captação	(1.407)	-	-	-	750	(905)	-	(1.562)
Total ao custo amortizado	**479.509**	**95.300**	**(155.688)**	**(78.583)**	**55.781**	**(905)**	**-**	**395.414**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	179.618	408.682	(208.682)	(5.344)	81.985	-	-	456.259
Marcação a mercado	(4.683)	-	-	-	-	-	(2.259)	(6.942)
Total ao valor justo	**174.935**	408.682	**(208.682)**	**(5.344)**	**81.985**	**-**	**(2.259)**	**449.317**
Total	**654.444**	**503.982**	**(364.370)**	**(83.927)**	**137.766**	**(905)**	**(2.259)**	**844.731**
Circulante	262.021							110.916
Não circulante	392.423							733.815

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensurados ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
INPC	15.786	932	(2.672)	(761)	1.456	-	-	14.741
IPCA	138.462	-	(11.863)	(6.868)	13.193	-	-	132.924
CDI	279.288	50.000	(9.529)	(28.469)	41.961	-	-	333.251
(-) Custo com captação	(1.739)	-	-	-	624	(292)	-	(1.407)
Total ao custo amortizado	**431.797**	**50.932**	**(24.064)**	**(36.098)**	**57.234**	**(292)**	**-**	**479.509**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	193.597	-	-	(6.737)	(7.242)	-	-	179.618
Euro	148.829	-	(147.782)	(323)	(724)	-	-	-
Marcação a mercado	(6.866)	-	-	-	-	-	2.183	(4.683)
Total ao valor justo	**335.560**	**-**	**(147.782)**	**(7.060)**	**(7.966)**	**-**	**2.183**	**174.935**
Total	**767.357**	**50.932**	**(171.846)**	**(43.158)**	**49.268**	**(292)**	**2.183**	**654.444**
Circulante	200.864							262.021
Não circulante	566.493							392.423

Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total 2024	Total 2023	Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos *Swap* Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) (1)	Taxa efetiva de *Swap* (6) (% a.a.)	Garantias (5)	*Covenants* (4)
BNDES - 20.2.0497-1	126.693	132.924	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,93%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	10.867	11.991	INPC + 4.91%	-	abr/30	Mensal a partir de jan/21	9,68%	-	A	NA
NOTA PROMISSÓRIA 3ª EMISSÃO 3ª SERIE	-	123.096	CDI + 1.50%	-	ago/24	Final	12,38%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Défict - Plano Elétricas BD I	2.170	2.206	INPC + 4.75%	-	fev/36	Mensal a partir de abr/22	9,52%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	158.875	160.079	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	12,43%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Défict - Plano Elétricas OP	519	544	INPC + 5.04%	-	dez/32	Mensal a partir de jan/23	9,81%	-	A	NA
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA (7)	-	50.076	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	12,68%	-	A	2
BNDES - 23.2.0333-1	88.013	-	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de juL/25	11,81%	-	F	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	9.839	-	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	12,08%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.562)	(1.407)								
Total em Moeda Nacional	**395.414**	**479.509**								
Scotiabank Loan - 14122021 (2)	-	119.365	USD + 1.98%	CDI + 1,60%	ago/24	Final	29,88%	12,48%	A	2
Scotiabank Loan - 13102022 (2)	-	60.253	USD + 5.25%	CDI + 1,40%	ago/24	Final	33,15%	12,28%	A	2
SANTANDER Loan - CCB (2)	114.654	-	USD + 5.40%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	33,30%	12,13%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 (2)	290.219	-	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	32,93%	12,28%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 - 06122024 (2)	51.386	-	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	32,42%	11,98%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida (3)	(6.942)	(4.683)								
Total em Moeda Estrangeira	**449.317**	**174.935**								
Total	**844.731**	**654.444**								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32;

(2) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de *swap* cambial e instrumento financeiro derivativo (vide nota explicativa nº 32);

(3) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 32);

(4) **Condições de *covenants:*** o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(2) Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

(5) A = Aval Energisa S/A, R = Recebíveis, F = Fiança;

(6) As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2024 demonstradas na nota explicativa nº 32;

Notas Explicativas

(7) Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a liquidação antecipada junto ao Banco Bradesco no valor de R$53.539.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2024	2023
US$ x R$	27,90%	(7,21%)
CDI	10,88%	13,15%
IPCA	4,83%	4,62%
INPC	4,77%	3,71%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	204.628
2027	358.800
2028	19.685
2029	19.685
Após 2029	131.017
Total	**733.815**

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	346.212	165.000	(150.000)	(46.393)	43.761	-	-	358.580
IPCA	333.803	220.000	(89.644)	(17.730)	36.343	-	-	482.772
(-) Custo com captação	(6.381)	-	-	-	1.899	(9.539)	-	(14.021)
Marcação a mercado	9.458	-	-	-	-	-	(17.305)	(7.847)
Total ao custo amortizado	**683.092**	**385.000**	**(239.644)**	**(64.123)**	**82.003**	**(9.539)**	**(17.305)**	**819.484**
Circulante	109.005							110.626
Não circulante	574.087							708.858

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado								
CDI	189.490	150.000	-	(36.143)	42.865	-	-	346.212
IPCA	308.679	42.000	(30.664)	(16.266)	30.054	-	-	333.803
(-) Custo com captação	(5.865)	-	-	-	1.350	(1.866)	-	(6.381)
Marcação a mercado	(6.346)	-	-	-	-	-	15.804	9.458
Total ao custo amortizado	**485.958**	**192.000**	**(30.664)**	**(52.409)**	**74.269**	**(1.866)**	**15.804**	**683.092**
Circulante	42.930							109.005
Não circulante	443.028							574.087

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos *Swap* Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de *Swap* Ponta Passiva (% a.a.) (1)	Garantias (2)	Covenants (3)
	2024	2023										
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	-	55.533	15/06/2017	16511 / 16511	IPCA + 5.66%	102,65% CDI	jun/24	Final	10,49%	11,17%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	-	2.234	15/10/2017	1599 / 1599	IPCA + 4.71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,54%	11,05%	SG	NA
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.370	4.163	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,94%	11,26%	SG	NA
Debêntures 4ª Emissão Série Única	32.948	62.770	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,91%	11,28%	A	1
Debêntures 5ª Emissão	62.654	62.937	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	12,03%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	9.077	8.648	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	9,06%	11,72%	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	70.117	66.802	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47%	-	out/30	Anual a partir de out/28	9,3%	-	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão	95.838	91.242	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814%	jan/32	Anual a partir de jan/30	10,93%	11,69%	A	2
Debêntures 8ª Emissão	125.233	125.732	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	12,48%	-	A	2
Debêntures 9ª Emissão	-	157.543	15/02/2023	150.000 / 150.000	CDI + 1.50%	-	fev/26	Anual a partir de ago/26	12,38%	-	A	2
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	6.202	5.844	13/09/2023	5.789 / 5.789	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de ago/26	11,00%	-	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	38.822	36.567	13/09/2023	36.211 / 36.211	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de ago/26	11,28%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	23.308	-	15/04/2024	22.450 / 22.450	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Anual a partir de ago/26	10,99%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	28.616	-	15/04/2024	27.550 / 27.550	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Anual a partir de ago/26	11,23%	-	SG	NA
Debêntures 12ª Emissão	170.693	-	04/09/2024	165.000 / 165.000	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	11,68%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão	173.474	-	14/09/2024	170.000 / 170.000	IPCA + 6.44%	-	set/34	Final	11,27%	-	SG	2
(-) Custos de captação	(14.021)	(6.381)										
Marcação à Mercado de Dívida	(7.847)	9.458										
Total	**819.484**	**683.092**										

(1) As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2024 demonstradas na nota explicativa nº 32;

(2) A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia;

(3) **Condições de *covenants*:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(1) Menor ou igual a: 4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020 (2) Menor ou igual a: 4,25x até o vencimento, para as demais emissões	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

Notas Explicativas

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	58.247
2027	71.373
2028	21.510
2029	189.591
Após 2029	368.137
Total	**708.858**

20. Impostos e contribuições sociais

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1 e 2)	105.105	157.153
Encargos Sociais	8.353	7.870
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	14.817	13.854
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.424	2.880
Contribuições ao PIS e à COFINS	6.828	10.470
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	430	400
Imposto Sobre Serviços - ISS	794	776
Impostos e contribuições retidos	1.346	1.275
Total	**140.097**	**194.678**
Circulante	61.319	71.424
Não circulante	78.778	123.254

(1) Inclui: (i) R$78.009 (R$68.586 em 2023) referente as discussões da não incidência do ICMS sobre a subvenção econômica de baixa renda. O processo encontra-se em andamento tendo a Companhia efetuado mensalmente depósitos judiciais, reconhecidos na respectiva rubrica no ativo não circulante;

(2) ICMS incidente sobre a TUSD: vide nota explicativa nº 6.

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021, o STF manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Em maio de 2020, agosto de 2021, fevereiro de 2022 e maio de 2023, transitaram em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, decisão favorável no processo da CFLO, EBR, ENA e ESS, empresas incorporadas em 2017. O processo da EDEVP (incorporada em 2017) no qual discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS está em andamento.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME reconheceu em 2021, o montante de R$411.872, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido, mesmo que uma de suas ações ainda não tenham transitado em julgado. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022, a Lei nº 14.385, que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei, também prevê que a ANEEL deverá promover nos processos tarifários, a destinação integral em proveito dos usuários de serviços públicos, afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado, que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes, e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após a habilitação dos créditos perante a RFB.

O resumo dos impactos são como segue:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - passivo não circulante	**245.895**	**364.503**
Atualização dos outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	15.593	27.940
Repasse de custos com honorários, consultoria e tributos	(628)	(1.387)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos consumidores	(33.277)	(145.161)
Saldo em 2024 e 2023 - passivo não circulante	**227.583**	**245.895**
Circulante	6.987	48.573
Não Circulante	220.596	197.322

22. Encargos setoriais e incorporação de redes

22.1. Encargos setoriais

	2024	2023
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE [1]	1.853	6.730
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT [1 e 2]	644	-
Ministério de Minas e Energia – MME [1 e 2]	322	-
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL [1]	740	3.376
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D [1]	16.497	13.448
Programa de Eficiência Energética – PEE [1]	18.789	21.368
Total	**38.845**	**44.922**
Circulante	20.331	31.796
Não circulante	18.514	13.126

[1] O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de

março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa Selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para a CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 10 - Outros créditos - Ordens de serviço em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão;

(2) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

22.2. Incorporação de redes

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Os saldos de incorporação de rede são atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e incidência de juros, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL n° 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	**255**	**169**
Adição no exercício	346	131
Atualização monetária e juros	132	38
Pagamentos	(529)	(83)
Saldo em 2024 e 2023 - circulante	**204**	**255**

23. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos, decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental.

23.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatório	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - não circulante	**7.653**	**7.398**	**-**	**15.051**	**15.067**
Provisões e reversões líquidas	3.995	4.817	552	9.364	6.328
Pagamentos realizados	(2.898)	(5.668)	(552)	(9.118)	(6.817)
Atualização monetária	969	(43)	-	926	473
Saldo em 2024 e 2023 - não circulante	**9.719**	**6.504**	**-**	**16.223**	**15.051**

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R$114.620 (R$105.404 em 2023) e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) pedidos de horas extras/reflexos; (ii) adicional de periculosidade; e (iii) sobreaviso, além de processos envolvendo discussão sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede; (iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa; (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova; e (ix) ações de regresso.

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022 - não circulante	**12.777**	**27.344**	**67.839**	**3.905**	**13**	**111.878**	**124.423**
Novos processos	836	7.531	39.895	-	-	48.262	2.958
Mudança de prognóstico e valor do pedido	(6.497)	40.974	13.850	(3.590)	-	44.737	(23.841)
Encerramento	(1.323)	(2.340)	(3.067)	-	-	(6.730)	(3.017)
Atualização monetária	1.078	2.172	8.437	182	1	11.870	11.355
Saldo em 2024 e 2023 - não circulante	**6.871**	**75.681**	**126.954**	**497**	**14**	**210.017**	**111.878**

Abaixo, apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) pedidos de horas extras/reflexos; e (ii) adicional de periculosidade, além de processos envolvendo discussão sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) interrupção por fornecimento; (ii) indenizações por danos morais/materiais e elétricos; (iii) indenizações por acidentes na rede;

Notas Explicativas

(iv) iluminação pública; (v) inscrição no Serasa; (vi) reclamação de consumo; (vii) suspensão por fornecimento; (viii) ligação nova; (ix) ações de regresso; e (x) utilização de faixa de domínio.

Principal processo:

Processo	Tipo	Objeto	2024	2023
1019659-89.2020.8.26.0482	Ação Declaratória	Ação ajuizada pela concessionária de rodovia com objetivo de cobrança de anuidade pelo uso e ocupação de faixa de domínio de rodovias. Além do pedido do reconhecimento da legalidade da cobrança, a Fernão Dias pleiteia o pagamento retroativo da ocupação. Pela distribuidora, entendemos que a cobrança é ilegal, por se tratar de ocupação de bem público (rodovias), com finalidade de prestação de serviço público (fornecimento de energia).	51.644	1.235

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se, basicamente, a discussões sobre: (i) multa ICMS relativo ao fornecimento de energia à consumidores residenciais pertencentes à subclasse Baixa Renda, no período de fevereiro de 2008 a outubro de 2013; cobrança ICMS decorrente do recebimento de valores de subvenção econômica no período de 2002 a 2005; (ii) taxa de fiscalização; e (iii) saldo negativo de IRPJ/CSLL.

Principal processo:

Processo	Tipo	Objeto	2024	2023
4.034.268-2	Auto de infração	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da subclasse baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva	31.710	28.575
4.140.041-0	Auto de infração	Auto de infração lavrado em razão do suposto creditamento indevido de ICMS, mediante escrituração em seu registro de entradas de notas fiscais emitidas a título de apropriação de crédito pela aquisição de bens integrados ao Ativo Imobilizado (CFOP 1.604), sem comprovação de origem, pois não localizados os documentos fiscais e/ou seus itens correspondentes.	23.892	-

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, decorrente principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

Ambiental

Discussões sobre suposto descumprimento de preceitos ambientais.

24. Outros passivos

	2024	2023
Salários a pagar	271	280
Participações de empregados e administradores	9.532	7.728
Outros benefícios a empregados	1.346	1.201
Prêmio de seguros	156	2.126
Retenção de caução contratual empreiteiras	446	431
Créditos de consumidores	11.818	8.918
Bônus de redução voluntária de consumo [1]	296	299
Taxas - Faturamento	1.551	1.551
Repasse - Doação	214	247

Notas Explicativas

	2024	2023
Outras contas a pagar [2]	51.559	1.130
Total	**77.189**	**23.911**
Circulante	42.865	23.064
Não Circulante	34.324	847

[1] Programa de Incentivo de Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia;

[2] Inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída.

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R$534.717 (R$534.717 em 2023), representado por 97.112 ações ordinárias (97.112 em 2023) todas nominativas e sem valor nominal.

25.2. Reserva de capital

Refere-se a implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R$1.838 (R$1.856 em 2023), vide nota explicativa nº 11.

25.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

25.4. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$58.483 foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

25.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	147.814	138.628
Dividendos prescritos	252	-
Reserva legal (5%)	(7.391)	(6.931)
Lucro líquido ajustado	**140.675**	**131.697**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**35.169**	**32.924**
. Valores pagos em 23 de julho de 2024 - R$406,377245654 por ação ordinária	39.464	-
. Valores pagos em 24 de agosto de 2023 - R$442,964356001 por ação ordinária [1]	-	43.017
. Valores pagos em 22 de novembro de 2024 - R$439,98966 (Valores pagos em 23 de novembro de 2023 - R$245,51559457) por ação ordinária [1]	42.728	23.843
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R$667,65580453497 em 2023 por ação ordinária [2]	-	64.837
Total dos dividendos	**82.192**	**131.697**
% sobre o lucro líquido ajustado	58%	100%

[1] Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 01 de julho e 07 de novembro de 2024, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março e 30 de setembro de 2024, respectivamente;

[2] Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

Notas Explicativas

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

25.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados, líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros Resultados Abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS 01)- Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2024	2023
Saldo em 2023 e 2022	**(17.049)**	**(13.686)**
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	15.752	(5.096)
Tributos sobre ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego	(5.375)	1.733
Saldo em 2024 e 2023	**(6.672)**	**(17.049)**

26. Receita operacional

	2024			2023		
	Nº de Consumidores (2)	MWh (2)	R$	Nº de Consumidores (2)	MWh (2)	R$
Residencial	764.928	1.707.402	1.378.012	747.933	1.598.008	1.227.405
Industrial	4.079	172.674	157.639	4.099	210.904	178.960
Comercial	64.817	572.880	520.142	65.942	609.859	514.816
Rural	41.628	295.267	212.717	43.276	275.171	191.445
Poder público	7.582	139.718	114.232	7.489	125.452	99.754
Iluminação pública	762	147.940	70.441	818	164.178	75.568
Serviço público	1.329	144.955	110.624	1.284	153.006	110.575
Consumo próprio	178	4.223	-	181	3.618	-
Subtotal	**885.303**	**3.185.059**	**2.563.807**	**871.022**	**3.140.196**	**2.398.523**
Suprimento de energia a concessionárias	-	194.407	17.558	-	255.968	25.478
Fornecimento não faturado líquido	-	3.330	(9.471)	-	31.297	33.005
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	704	-	446.234	421	-	420.471
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	263.842	-	-	255.350
Penalidades regulatórias	-	-	(3.967)	-	-	(2.747)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	11.943	-	-	8.319
Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	-	-	3.890	-	-	22.365
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	191.955	-	-	139.720
Outras receitas operacionais	-	-	61.954	-	-	63.075
Total - receita operacional bruta	**886.007**	**3.382.796**	**3.547.745**	**871.443**	**3.427.461**	**3.363.559**
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	521.341	-	-	471.526
PIS	-	-	44.493	-	-	42.476
COFINS	-	-	204.936	-	-	195.645
ISS	-	-	7	-	-	15
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	8.078	-	-	7.683
Encargos de consumidor - Procel	-	-	2.019	-	-	1.921
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	403.691	-	-	390.350
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.038	-	-	3.841
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	-	4.038	-	-	3.841
Ministério de Minas e Energia – MME	-	-	2.019	-	-	1.921
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	2.385	-	-	2.017
Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**1.197.045**	**-**	**-**	**1.121.236**
Total - receita operacional líquida	**886.007**	**3.382.796**	**2.350.700**	**871.443**	**3.427.461**	**2.242.323**

(1) **Receita de construção da infraestrutura:** está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores, são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica;

Notas Explicativas

(2) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza dos gastos	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda	1.030.727	-	-	-	1.030.727	906.589
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	422.842	-	-	-	422.842	403.795
Pessoal e administradores	-	82.067	14	31.179	113.260	100.342
Programa de Remuneração Variável (ILP)	-	-	-	(18)	(18)	494
Benefícios pós-emprego	-	2.630	-	910	3.540	1.948
Material	-	15.935	176	5.884	21.995	21.365
Serviços de terceiros	-	39.128	-	70.131	109.259	104.577
Depreciação e amortização	-	71.416	-	11.761	83.177	75.530
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD	-	9.185	-	-	9.185	6.434
Provisão para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental	-	-	-	9.364	9.364	6.328
Custo de construção da infraestrutura	-	-	263.842	-	263.842	255.350
Outros	-	5.134	1	11.041	16.176	17.574
Total	**1.453.569**	**225.495**	**264.033**	**140.252**	**2.083.349**	**1.900.326**

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWh (3)		Valores em R$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Energia de Itaipú - Binacional	717.787	723.770	183.188	157.116
Energia de Leilão (1)	1.590.448	1.515.495	398.896	323.879
Energia Bilateral	584.543	575.820	196.707	201.116
Cotas de Angra - Resolução Normativa nº 530/2012	141.595	139.461	47.912	47.727
Energia de curto prazo - CCEE (2)	2.252	1.988	51.168	16.765
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1410/2013	692.015	789.727	135.995	127.061
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	72.059	73.687	47.232	51.786
Energia de Reserva - ERR	-	-	68.997	74.902
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(99.368)	(93.763)
Total	**3.800.699**	**3.819.948**	**1.030.727**	**906.589**

(1) Inclui créditos relacionados a geração distribuída;

(2) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu e Encargos de Serviços de Sistema - ESS;

(3) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

28. Outros Resultados

	2024	2023
Outras receitas		
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	5.770	-
	5.770	**-**
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(22.962)	(7.662)
Outras	(9.354)	(10.333)
	(32.316)	**(17.995)**
Total	**(26.546)**	**(17.995)**

29. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	31.703	25.309
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	28.368	24.698
Juros de energia vendida – CCEE	192	1.994
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	(3.655)	6.102
Juros Selic s/impostos a recuperar	22.203	6.260
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.308	7.639
(-) Tributos sobre receitas financeiras – PIS e COFINS	(5.188)	(4.970)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	19.585	29.825
Outras	5.871	5.047
Total receitas financeiras	**106.387**	**101.904**
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas – juros	(125.680)	(117.239)
(-) Transferência para ordens em curso	3.895	3.588
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(94.089)	(6.298)
Marcação a mercado da dívida	19.564	(17.987)
Juros e multas	(2.699)	(6.095)
Ajuste a Valor Presente - AVP	471	1.150
Instrumentos financeiros derivativos	47.947	(42.191)
Despesas bancárias/IOF	(1.604)	(2.914)
Atualização saldo a aplicar de PEE e P&D	(1.906)	(1.000)
Marcação a mercado de derivativos	(20.250)	22.665
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	(1.893)	(881)
Atualização de provisão para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental	(926)	(473)
Juros e atualização monetária de incorporação de redes	(2.501)	(38)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(15.593)	(27.940)
Plano de saúde – atuário	(3.528)	(3.302)
Outras	(9.283)	(17.773)
Total despesas financeiras	**(208.075)**	**(216.728)**
Despesas financeiras líquidas	**(101.688)**	**(114.824)**

30. Lucro por ação

	2024	2023
Numerador		
Lucro líquido do exercício	147.814	138.628
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	97	97
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais - R$[1]	**1.523,86**	**1.429,15**

[1] A Companhia não possui instrumento diluidor.

Notas Explicativas

31. Cobertura de seguros

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada (R$ mil)	Prêmio Anual	
			2024	2023
Seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética	25/08/2025	50.000	115	111
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	60	-
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	1.508	1.508
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	494	494
Auto Frota	23/10/2025	Até R$1.000/veículo	76	84
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2026	71.830	193	195
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	40	40
Transporte Nacional	30/07/2025	Até R$5.000/viagem	7	10
Responsabilidade do Explorador ou Transporte – R.E.T.A (Drones)	30/06/2025	1.158/drone	4	1
			2.497	**2.443**

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

32.1. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do exercício foram de R$11.943 (R$ 8.319 em 2023), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		31.845	31.845	69.656	69.656
Consumidores e concessionárias		329.490	329.490	426.267	426.267
Títulos de créditos a receber		1.750	1.750	2.394	2.394
Ativos financeiros setoriais		10.543	10.543	43.131	43.131
		373.628	**373.628**	**541.448**	**541.448**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	405.102	405.102	174.377	174.377
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	291.687	291.687	217.816	217.816
Instrumentos financeiros derivativos	2	70.833	70.833	61.608	61.608
		767.622	**767.622**	**453.801**	**453.801**

Notas Explicativas

PASSIVO	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		256.672	256.672	271.873	271.873
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.214.898	1.214.898	1.162.601	1.162.601
Arrendamentos operacionais		2.665	2.665	635	635
Passivos financeiros setoriais		120.885	120.885	90.750	90.750
		1.595.120	**1.595.120**	**1.525.859**	**1.525.859**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	33.695	33.695	36.380	36.380
Empréstimos e financiamentos	2	449.317	453.402	174.935	177.165
		483.012	**487.097**	**211.315**	**213.545**

32.2. Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R$17.305 (R$15.804 em 2023) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no exercício para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2024, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício findo em 2024, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R$2.259 (R$2.183 em 2023) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

32.3. Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício são:

	2024	2023
Dívida [1]	1.664.215	1.337.536
Caixa e equivalentes de caixa	(31.845)	(69.656)
Dívida líquida	**1.632.370**	**1.267.880**
Patrimônio líquido	608.420	597.024
Índice de endividamento líquido	**2,68**	**2,12**

[1] A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e 19.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até o vencimento contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		247.332	-	-	-	9.340	256.672
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	12,32%	128.287	177.029	868.020	372.087	870.906	2.416.329
Instrumentos Financeiros Derivativos		14.452	10.928	(43.126)	5.617	(25.009)	(37.138)
Total		**390.071**	**187.957**	**824.894**	**377.704**	**855.237**	**2.635.863**

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas pode ocasionar uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com

Notas Explicativas

bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	31.845	69.656
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	405.102	174.377
Consumidores e concessionárias	6	329.490	426.267
Ativos financeiros setoriais líquidos	9	10.543	43.131
Títulos de créditos a receber	-	1.750	2.394
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	291.687	217.816
Instrumentos financeiros derivativos	32	70.833	61.608

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2024, excluído os efeitos dos custos com captação é de R$1.679.798 (R$1.345.324 em 2023), cerca de R$449.317 (R$174.935 em 2023) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 18 e 19.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com aumento de 27,91% sobre 31 de dezembro de 2023, cotado a R$6,1923/USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2024 era de 14,51%, enquanto 2023 foi de 9,87%.

Notas Explicativas

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2024	2023
Ativo circulante	8.315	32.005
Ativo não circulante	62.518	29.603
Total do ativo	**70.833**	**61.608**
Passivo circulante	33.695	34.220
Passivo não circulante	-	2.160
Total do passivo	**33.695**	**36.380**

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 2024, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de *hedge*.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. Essas proteções estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	*Notional* (moeda estrangeira)	Custo financeiros (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 – Santander	18.007	USD + 6,38%	CDI + 1,25%	23/07/2026	*Fair Value Option*
Resolução 4131 - Scotiabank	45.784	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	*Fair Value Option*
Resolução 4131 - Scotiabank	8.271	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	*Fair Value Option*

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao *"Notional"* de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	*Notional (BRL)*	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	*Fair Value Hedge*
Itaú	23.333	IPCA + 5,0797%	103,70% CDI	15/09/2025	*Fair Value Hedge*
Bank of America	7.339	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	*Fair Value Hedge*

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como *fair value option*, vigentes em 2024 e 2023:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida designada para *"Fair Value Option"*	408.682	204.452	Moeda Estrangeira – USD	(449.262)	(174.899)
Swap Cambial (Derivativo)	408.682	204.452	**Posição Ativa**		
			Moeda Estrangeira - USD	449.262	174.899
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(426.267)	(206.542)
			Posição Líquida *Swap*	22.995	(31.643)
			Posição Líquida Dívida + *Swap*	(426.267)	(206.542)

Notas Explicativas

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo *Fair Value Hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Dívida (Objeto de *Hedge*) (1)	114.649	233.861	Taxa Pré-Fixada	(125.647)	(225.927)
Swap de Juros (Instrumento de *Hedge*) (1)	114.649	233.861	**Posição Ativa**		
			Taxa Pré-Fixada	134.094	301.720
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(119.951)	(244.849)
			Posição Líquida *Swap*	14.143	56.871
			Posição Líquida Dívida + *Swap*	(111.504)	(169.056)

(1) Os empréstimos designados formalmente como *Fair Value Hedge* são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas nas notas explicativas nº 18 e 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para *Swaps*). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

32.4. Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(408.682)		(312.141)	(400.321)	(488.501)
Variação da Dívida			96.541	8.361	(79.819)
***Swap* Cambial**					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	449.262	Alta Câmbio	352.721	440.901	529.081
Variação			(96.541)	(8.361)	79.819
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(426.267)		(426.267)	(426.267)	(426.267)
Subtotal	22.995		(73.546)	14.634	102.814
Total Líquido	**(385.687)**		**(385.687)**	**(385.687)**	**(385.687)**

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim *Focus* divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Notas Explicativas

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2024, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativo seria de R$385.687 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) [1]	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(114.649)		(114.649)	(114.649)	(114.649)
***Swap* de Juros**		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	134.094		134.094	134.094	134.094
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(119.951)		(119.951)	(132.075)	(144.004)
Variação - CDI + TJLP			-	(12.124)	(24.053)
Subtotal	14.143		14.143	2.019	(9.910)
Total Líquido	**(100.506)**		**(100.506)**	**(112.630)**	**(124.559)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) [1]	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	405.102	Alta CDI	60.765	75.956	91.148
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(426.267)	Alta CDI	(63.940)	(79.925)	(95.910)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(527.294)	Alta CDI	(79.094)	(98.868)	(118.641)
	(689.631)	Alta IPCA	(33.309)	(41.636)	(49.964)
	(13.556)	Alta INPC	(647)	(809)	(971)
Subtotal [2]	**(1.656.748)**		**(176.990)**	**(221.238)**	**(265.486)**
Total (Perdas) [2]	**(1.251.646)**		**(116.225)**	**(145.282)**	**(174.338)**

[1] Considera o CDI de 31 de dezembro de 2025 (15,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2024, IPCA 4,83% ao ano, INPC 4,77% ao ano;

[2] Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$23.050.

Notas Explicativas

33. Benefícios pós-emprego

33.1. Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão e plano de saúde:

	Plano de Saúde	Contrato de dívida		Total Plano de Previdência	Total	
		Plano Elétrica BD	Plano CD		2024	2023
Total	**23.644**	**2.689**	**10.867**	**13.556**	**37.200**	**50.083**
Circulante	3.098	1.746	198	1.944	5.042	5.886
Não circulante	20.546	9.121	2.491	11.612	32.158	44.197
Benefícios pós-emprego					**23.644**	**35.342**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					**13.556**	**14.741**

33.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33 (R1)/ IAS19.

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Elétricas BD	BD	Fechado	01/08/1986	Assegura benefícios suplementares: . Aposentadoria por tempo de serviço/idade . Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença . Aposentadoria especial . Abono anual . Pensão por morte e pecúlio por morte
Plano Elétricas OP	CV	Fechado	01/01/1999	. Renda Mensal, com reversão aos beneficiários . Pecúlio por Invalidez ou Morte
Plano Risco	BD	Fechado	01/08/1986	. Suplementação da aposentadoria por invalidez . Suplementação do auxílio-doença . Abono Anual . Suplementação da pensão por morte . Pecúlio por morte
Plano Energisa Sudeste	CV	Fechado	01/07/1981	. Complementação de aposentadoria por tempo de serviço . Complementação de aposentadoria por idade . Complementação de aposentadoria por invalidez . Complementação de pensão por morte . Complementação de abono anual . Aposentadoria . Benefício por Invalidez . Pensão por Morte
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	. Aposentadoria . Benefício por invalidez . Pensão por morte

Notas Explicativas

O custeio do plano de Risco é realizado exclusivamente pela Patrocinadora. Os demais planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	2024	2023
Ativos	971	924
Autopatrocinados	3	2
Benefício Proporcional Diferido - BPD	21	13
Assistidos	256	233
Total	**1.251**	**1.172**

33.2.1 Situação financeira dos planos de benefícios definido- avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2024, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários

	2024			2023		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCOS	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCOS
Ativos	-	-	15	-	-	15
Aposentados	61	13	3	49	13	3
Beneficiários pensionistas	60	3	5	40	2	5
Total	**121**	**16**	**23**	**89**	**15**	**23**

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial

	2024			2023		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO
I - Premissas Biométricas [1]						
Tábua de Mortalidade [2]	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Fraca)	N/A	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	N/A	LIGHT (Fraca)
Tábua de Inválidos [3]	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	N/A	N/A	Família Média Padrão	N/A	N/A	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,79%	6,79%	6,71%	5,75%	5,75%	5,75%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,06%	11,06%	10,97%	9,98%	9,98%	9,98%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,06%	11,06%	10,97%	9,98%	9,98%	9,98%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,19%	N/A	2,19%	2,19%	N/A	2,19%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Relatório de Estudo de Aderência Biométrico;

Notas Explicativas

(2) Tábuas específicas por sexo;
(3) Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1)/IAS 19.

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19 e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir, apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2024				2023			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2023 e 2022	**20.872**	**1.414**	**3.029**	**25.315**	**19.506**	**8.740**	**2.774**	**31.020**
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(596)	4.010	375	3.789	215	(8.272)	(270)	(8.327)
Retorno esperado dos ativos do plano	2.336	160	333	2.829	2.185	983	311	3.479
Contribuições do empregador	403	74	31	508	729	71	536	1.336
Contribuições dos participantes do plano	323	87	-	410	220	18	-	238
Benefícios pagos	(2.064)	(543)	(337)	(2.944)	(1.983)	(126)	(322)	(2.431)
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	**21.274**	**5.202**	**3.431**	**29.907**	**20.872**	**1.414**	**3.029**	**25.315**

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2024				2023			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2023 e 2022	**20.127**	**1.414**	**3.883**	**25.424**	**19.755**	**8.294**	**3.589**	**31.638**
Custo do serviço corrente	-	-	1	1	-	-	2	2
Custo dos juros	2.249	160	431	2.840	2.213	930	407	3.550
Contribuições de participantes	323	87	-	410	220	18	-	238
(Ganhos)/Perdas atuariais	(2.613)	3.834	(358)	863	(78)	(7.702)	207	(7.573)
Benefícios pagos	(2.064)	(543)	(337)	(2.944)	(1.983)	(126)	(322)	(2.431)
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	**18.022**	**4.952**	**3.620**	**26.594**	**20.127**	**1.414**	**3.883**	**25.424**

Posição Líquida dos planos	2024				2023			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Valor justo dos ativos	21.274	5.202	3.431	29.907	20.872	1.414	3.029	25.315
Valor presente das obrigações	(18.022)	(4.952)	(3.620)	(26.594)	(20.127)	(1.414)	(3.883)	(25.424)
Posição Líquida	**3.252**	**250**	**(189)**	**3.313**	**745**	**-**	**(854)**	**(109)**

Notas Explicativas

Posição Líquida dos planos	2024				2023			
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	TOTAL
Limite do Ativo	(3.252)	(250)	-	(3.502)	(745)	-	-	(745)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	**-**	**-**	**(189)**	**(189)**	**-**	**-**	**(854)**	**(854)**

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras:

Movimentação dos Saldos	2024	2023
Posição líquida em 2023 e 2022	**854**	**1.064**
Efeito em Outros Resultados Abrangentes - ORA	(660)	1.052
Contribuição do empregador	(105)	(1.388)
Efeito no resultado do exercício	100	126
Posição líquida em 2024 e 2023	**189**	**854**

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2025 segundo os critérios do CPC 33 (R1)/IAS 19:

	2025
Custo do Serviço Corrente	1
Custo dos juros	909
Retorno dos Ativos do Plano	(916)
Juros sobre o Excesso ao Valor Justo dos Ativos	28
Total da despesa bruta a ser reconhecida	**22**

d. Alocação percentual do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Elétricas	2024			2023		
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	RISCO
Investimentos:						
Títulos Públicos	75,07%	74,03%	73,96%	65,10%	54,90%	65,91%
Créditos Privados e Depósitos	1,02%	1,35%	0,73%	1,55%	1,78%	1,08%
Fundos de investimentos	23,89%	23,87%	24,66%	33,32%	42,29%	32,29%
Operações com participantes	0,02%	0,73%	0,65%	0,04%	1,03%	0,72%
Total dos Investimentos	**100,00%**	**99,98%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

e. Análise de sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% e 0,5% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2024			2023		
Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%
ELÉTRICAS BD	18.022	18.378	17.676	20.127	20.532	19.733
ELÉTRICAS OP	4.952	5.113	4.798	1.414	1.462	4.014
RISCO	3.620	3.739	3.508	3.882	4.014	3.758

Notas Explicativas

33.3. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pós pagamento: as contribuições mensais da Companhia para o púbico de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação;

- Pré pagamento: as contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 2024, as despesas com o plano de saúde foram de R$15.171 (R$12.211 em 2023). Inclui R$588 (R$590 em 2023) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2024	2023
Valor presente das obrigações no início do exercício	35.327	28.548
Custo do serviço corrente	588	590
Custo dos juros	3.526	3.302
Perdas (ganhos) atuariais - ORA	(15.797)	2.902
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	**23.644**	**35.342**
Circulante	3.098	4.115
Não Circulante	20.546	31.227

Demonstração das despesas para o exercício de 2025, segundo critérios do CPC33 (R1)/IAS 19:

	2025
Custo do serviço corrente	333
Custo dos juros	2.765
Total de despesa a ser reconhecida	**3.098**

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2024		2023	
	BRADESCO	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS				
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,40%	7,40%	5,75%	5,75%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%	4,50%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,70%	11,70%	9,98%	9,98%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%	5,00%	5,00%

Notas Explicativas

	2024		2023	
	BRADESCO	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	UNIMED NACIONAL
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	-	-	11,50%	10,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS				
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia - reais mil [1]					
Vigência	2025	2026	2027	2028	Após 2028
2025 a 2056	888.586	875.189	834.608	825.411	7.997.283

[1] Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e foram homologados pela ANEEL.

35. Meio ambiente [*]

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. **Cruzetas:** a Companhia vem substituindo as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas poliméricas (ecológicas), feitas de polietileno e fibra natural, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2024, foram utilizadas 17.113 (13.607 em 2023) cruzetas ecológicas, o que representou em manutenção preventiva e corretiva 9.316 peças no montante de R$ 1.615 (1.557 em 2023, no valor de R$ 298) e em expansão de rede o valor de R$ 1.233 (R$ 2.312 em 2023) para 7.797 peças (12.050 peças em 2023);

2. **Redes isoladas/protegidas**: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Nas redes de média tensão próximas a arborização são usados cabos protegidos (rede compacta). Em 2024, foram acrescidos 712 km de rede com cabo multiplexado e/ou rede compacta (1.568,14 km em 2023), correspondendo a 21,29% de redes protegidas e isoladas (19,26% em 2023). Até o mês de dezembro de 2024 o total investido em redes isoladas/compactas foi de R$ 3.482 (R$ 4.603 em 2023);

3. A Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei Federal nº 12.305/2010. Dentre estas ações, destacam-se a coleta seletiva, o recolhimento, descarte e destinação correta dos papeis e papelões, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos, resíduos perigosos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), toners e lâmpadas. Em 2024 os papéis e papelões foram destinados à reciclagem, com peso aproximado de 179.447 kg (49.914 kg em 2023). Quanto aos resíduos perigosos e EPI's o descarte foi realizado por empresa especializada e

Notas Explicativas

devidamente licenciada. Em 2024 foram coletados 15,76 ton de resíduos perigosos (2,24 em 2023), sendo 3,7 ton de pilhas e baterias (0,03 ton em 2023) e 355 lâmpadas (91 em 2023). O custo para o descarte foi em torno de R$ 86 (R$ 60 em 2023). Para garantir a efetividade da coleta seletiva, em todas as unidades da empresa foram instaladas lixeiras, devidamente identificadas, para descarte de resíduos “Recicláveis” e “Não Recicláveis. Em 2024 não houve investimento de R$ 20 com a compra de lixeiras (R$ 9 em 2023);

4. A Companhia tem atuação expressiva junto ao Poder Público Municipal para obtenção das Autorizações de Poda de Árvores em Áreas Urbanas. Durante o ano de 2024, foram realizados Treinamentos para Intervenção em Vegetação e Cuidados com a Fauna, incluindo também Orientação para Uso dos Kits de Mitigação, com as equipes próprias e terceirizadas que executam tais atividades. Tanto os treinamentos quanto as reciclagens são realizados quinzenalmente, no formato online, por profissional devidamente habilitado. Em 2024 o valor gasto com a consultoria foi de R$ 9,59 (R$ 5 em 2023);

5. A Companhia mantém convênio com empresa especializada em Monitoramento Climático responsável pela informação quanto às descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também pelo mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão. O intuito do programa é viabilizar a adoção de medidas preventivas necessárias para a continuidade do fornecimento de energia. Em 2024 não houve despesa para a manutenção do projeto (R$ 39 em 2023);

6. Para Compensação Ambiental das intervenções em vegetação nativa isolada e em Área de Preservação Permanente (APP), previamente autorizadas, relacionadas à construção de novos empreendimentos de distribuição, conforme previsto em lei, foram implantados projetos para plantios de mudas de árvores nativas em áreas dos estados de São Paulo, doação de mudas aos municípios e realizada compensação ecológica. Durante o ano de 2024 não houve doação de mudas de espécies nativas (1.250 em 2023). Foi executado o plantio de 9.177 mudas de espécies nativas (6.545 em 2023) em uma área de 5,51 ha (3,92 ha). Foi investido um valor total de R$ 543 (R$ 157 em 2023) em Projetos de Compensação Ambiental e Ecológica;

7. Para manter suas redes e linhas de distribuição afastadas da vegetação e com segurança para a fauna, a Companhia mantem um amplo Programa de Poda e Limpeza de Faixas. Os serviços em áreas urbanas são realizados pelas equipes próprias, dentre as diversas atividades de manutenção que estas equipes realizam. Neste caso são utilizados trituradores para reduzir o impacto dos resíduos da poda, possibilitando a utilização dos resíduos em Projetos Sociais e Acadêmicos. Para a execução desta manutenção na área rural, são contratadas empresas especializadas, além das equipes da própria distribuidora. Em 2024 a Companhia desembolsou aproximadamente R$ 15.975 (R$ 9.427 em 2023) para a realização destes serviços essenciais para a operação confiável e segura do sistema elétrico de distribuição, sempre com respeito ao meio ambiente e com compromisso com a sustentabilidade;

8. A Companhia mantém um amplo programa de acompanhamento e descontaminação de suas instalações incluindo PCBS (bifenilas policloradas) eventualmente existentes em transformadores bem como quando da ocorrência de eventuais vazamentos de óleo mineral isolante ao solo. Em 2024 foi desembolsado um valor equivalente a R$ 128 (R$ 907 em 2023);

9. Em 2019 a Companhia iniciou a implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), integrando a Qualidade, Saúde e Segurança do Trabalho e o Meio Ambiente, conforme diretrizes das normas ISO 9001, 45001 e 14001, respectivamente. Em dezembro de 2019 foi realizada a auditoria interna. Em fevereiro de 2020, a Companhia passou por auditoria externa conduzida pela Fundação Vanzolini, com o objetivo de pleitear a certificação das Normas ISO 14001 e 45001. O escopo da certificação definido de forma estratégica pela alta direção foi: “Manutenção de Redes e Linhas na Distribuição de Energia Elétrica”. A Companhia foi certificada no ano de 2020 e em março de 2021 foi realizada a primeira auditoria externa de manutenção, para avaliação da continuidade e eficácia do Sistema de Gestão Ambiental e Saúde e Segurança do Trabalho, onde ambos são integrados ao Sistema de Gestão da Qualidade, compondo o SGI da Energisa SulSudeste, sendo mantido o Certificado da ESS. O valor investido em 2024 foi de R$ 81(R$ 86 em 2023);

10. Na contratação de serviços e fornecedores são avaliados aspectos relacionados à conduta ambiental e social. São contratados somente serviços e empresas que atuem em conformidade com o Código de Conduta das empresas do Grupo Energisa. Os parceiros e clientes são informados sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente visando sempre preservar a vida. Todos os terceirizados passam por reuniões de “Integração” com a área de meio ambiente e com o SESMT da Energisa Sul-Sudeste. Em 2024 foram integrados 720 colaboradores terceirizados (681 em 2023);

Notas Explicativas

11. Em relação às Medidas Preventivas de Controle da Emissão de Ruído nas Subestações de energia, a ESS tem contrato com uma empresa que realiza as medições de ruído na fonte e no entorno desses empreendimentos, garantindo assim a qualidade de vida dos moradores do entorno das SE's em consonância com os requisitos legais aplicáveis. Para as novas SE's, são realizadas medições antes da implantação e após a energização dos transformadores. Para as SE's em operação, são realizadas medições sempre que há substituição ou instalação de transformadores. Em 2024 foram gastos R$ 129 (R$ 137 em 2023) no monitoramento de ruído ambiental;

12. Como Medida Preventiva e de Controle da Contaminação do Solo e da Água, as novas Subestações de Energia (SE's) são construídas com bacias de contenção nos transformadores de energia e reguladores de tensão. Nas Subestações em operação, essa medida preventiva e de controle é adotada sempre que ocorre a implantação de um destes equipamentos. Em 2024 foram investidos R$ 1.047 (R$ 603 em 2023) com obras desta natureza em 7 Subestações (5 em 2023) localizadas na área de concessão da ESS. Também foram adquiridos kits de mitigação para áreas específicas como Almoxarifados, Leitura, SE's, polos e viaturas, para serem utilizados sempre que necessário. Em 2024 foram gastos R$ 45 (R$ 4 em 2023);

13. As ações de Educação Ambiental são realizadas com colaboradores próprios e terceiros. Além da Integração de Meio Ambiente, onde recebem informações e orientações relacionadas ao compromisso com a sustentabilidade e com a preservação do meio ambiente, semanalmente o BIA – Boletim Informativo Ambiental é elaborado e divulgado para todos os colaboradores próprios através de reuniões de DSS, grupos de WhatsApp, Yammer, grupos de e-mail e monitores distribuídos nas áreas administrativas. O mesmo conteúdo também é enviado a todos os contratados para que divulguem internamente, no intuito de sensibilizar a cadeia de valor;

14. As Inspeções Ambientais são realizadas frequentemente em toda a empresa. Para garantir a continuidade desta ação, a área de meio ambiente formou um time de Agentes Ambientais, distribuídos por todas as regionais, que realizam inspeções em sua área de atuação registrando as irregularidades encontradas em planilha no FORMS. Tais irregularidades são encaminhadas aos respectivos gestores para regularização com prazo para envio das evidências. As inspeções com terceirizados com contrato de C&M (Construção e Manutenção) e STC (Serviço Técnico Comercial) são realizadas em conformidade com as diretrizes do PEP (Programa Empreiteiro Padrão). Trata-se de um programa de melhoria contínua com objetivo de evoluir a qualidade do canteiro de cada empreiteiro. Em 2024 foram realizadas 25 inspeções de avaliação do PEP (29 em 2023), distribuídas em 13 canteiros (14 Canteiros em 2023);

15. Para obtenção de licenças e autorizações ambientais para suas atividades, a Companhia contrata consultoria para elaboração de estudos, laudos e relatórios, conforme legislação aplicável. Para todos os equipamentos utilizados para intervenção em vegetação obtém-se a LPU – Licença para Porte e Uso de Motosserras / Motopodas. No caso da ESS, os equipamentos são cadastrados e licenciados junto ao IBAMA, para uso em toda sua área de concessão, e ao IEF, para uso no estado de Minas Gerais. O valor gasto com cadastros, licenças, autorizações, estudos, laudos, relatórios e outras taxas ambientais em 2024 foi de R$ 306 (R$ 451 em 2023);

16. Toda intervenção em vegetação pode impactar direta ou indiretamente na fauna. Para garantir o compromisso com a preservação do meio ambiente, com Respeito à Fauna, a empresa mantém convênio com a APASS – Associação Protetora de Animais Silvestres, localizada em Assis / SP. A APASS é uma Associação sem fins Lucrativos, não governamental e de defesa dos Direitos Sociais, que atua na defesa do meio ambiente, em especial à fauna Silvestre, Educação Ambiental, Ação Social e Atividades de apoio técnico / científico. Em 2024 o desembolso financeiro para essa Associação foi de R$ 51 (em 2023 não houve desembolso). Ainda em respeito à fauna, para resgate e manejo de abelhas, vespas e maribondos em instalações e equipamentos, a companhia mantém contrato com profissionais treinados e devidamente habilitados. Para essa ação, em 2024 foram gastos R$ 19 (R$ 18 em 2023);

17. **Reuso da Água:** a Companhia investe em novas tecnologias para garantir seu compromisso com a sustentabilidade. Para otimizar e reduzir o consumo de água, instalou dispositivos para captação da água dos aparelhos de ar-condicionado que possibilitam armazenar a água resultante do processo de resfriamento do ar, que posteriormente é utilizada para manutenção e limpeza das áreas externas das unidades. Em 2024 não houve investimento para tais dispositivos (R$ 7 em 2023);

Notas Explicativas

18. Como medida preventiva de contaminação do ar com GEE gerados pela sua frota, durante os deslocamentos para realizar as atividades diárias, a Companhia mantém contrato com empresas terceirizadas que fazem a Manutenção Preventiva da Frota. Dentre os serviços contratados, está o Monitoramento da Fumaça Preta dos veículos movidos à diesel. Em 2024 foram inspecionados 204 veículos da frota estando todos em conformidade com os requisitos legais aplicáveis (314 em 2023);

19. Em 2024 a Companhia investiu R$ 3,72 em Projetos de Eficiência Energética (R$ 3,8 em 2023). O valor foi investido em substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes por lâmpadas Led para clientes residenciais baixa renda, através do projeto Nossa Energia, que além da substituição dos equipamentos, realiza palestras educativas em escolas estaduais e municipais sobre o uso correto e seguro da energia elétrica. Em clientes do poder público e comércio e serviços, foram substituídas lâmpadas obsoletas por lâmpadas de Led e realizado instalação de sistemas fotovoltaicos, proporcionando economia para essas instituições que podem aplicar melhor esse recurso para outros fins. Para o Projeto Piloto Biomassa que será implantado em 2025, foram adquiridos o gerador e a caldeira no ano de 2022. Em 2023 foi executada a obra civil e obtidas as respectivas licenças ambientais. Já em 2024, foram instalados o gerador, a caldeira e a cobertura metálica. Este Projeto consiste na geração de energia a partir de resíduos triturados gerados a partir da execução das podas em árvores em contato com a rede de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os montantes investidos nos projetos acima descritos e nas práticas totalizaram R$ 24.960 (R$ 19.126 em 2023), sendo R$ 586 (R$ 734 em 2023) alocados no ativo intangível e R$ 25.546 (R$ 18.391 em 2023) em despesas operacionais. Com o PEE foram investidos R$ 3,7.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2024	2023
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	62.122	43.771
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	11.943	8.319
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	19.769	30.072
Incorporação de redes	346	131
Arrendamento mercantil – IFRS 16	3.079	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	19.769	30.072
Ativo Contratual – Infraestrutura em construção	346	131
Intangível – IFRS 16	3.079	-

37. Eventos subsequentes

37.1 Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2025, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em
todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia
Por que é um PAA
Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra mensalmente o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pela Companhia incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.
Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais
Por que é um PAA
Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante "provisão para riscos"), cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.
Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e a elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados

responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.
Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando sua a natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.
Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de "IFRS Accounting Standards", foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energisa S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 18 de março de 2025.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Guilherme Damiance Souza
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energisa S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Presidente Prudente, 18 de março de 2025.

José Adriano Mendes Silva
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Guilherme Damiance Souza
Diretor Técnico e Comercial

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” SP